

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 18 • 2010/2011



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2010/2011

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Professor Doutor Jean Guilaine (Collège de France, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 18 • 2010/2011 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso, Maria da Conceição André e Autores

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

O ESTABELECIMENTO RURAL ROMANO TARDO-REPUBLICANO E ALTO-IMPERIAL DE LEIÃO (OEIRAS)*

João Luís Cardoso¹, Carlos Tavares da Silva², Filipe Martins³ & Maria da Conceição André³

1 - INTRODUÇÃO

Desde 1998, ano em que o primeiro signatário apresentou o Projecto de Investigação “Arqueologia do Concelho de Oeiras (ARQOEIRAS)” ao Instituto Português de Arqueologia, com ulteriores revalidações em 2002 e em 2006, que fora reconhecida a importância de proceder à realização de trabalhos arqueológicos em Leião, onde se evidenciavam à superfície abundantes fragmentos de produções romanas, especialmente na época das lavras (Fig. 1), pela primeira vez identificados em 1975 (CARDOSO & CARDOSO, 1993). Observavam-se então abundantes materiais de construção e até pedaços de reboco ou de estuque pintados, que não deixavam dúvida quanto à atribuição à época romana da estação arqueológica. Naturalmente, a proximidade da zona onde tais vestígios se concentravam, da periferia meridional da área urbana da povoação de Leião, correspondente a moradias unifamiliares, deixava prever que a expansão urbanística atingiria, seguramente, cedo ou tarde, o espaço em causa, até por este se situar, de acordo com o PDM de Oeiras em área urbanizável.



Fig. 1 – Leião. Vista do terreno antes de realização das escavações, evidenciando-se grande quantidade de materiais romanos à superfície, especialmente após a realização das lavras. Foto G. Cardoso.

* A direcção dos trabalhos de campo coube ao primeiro signatário, que se encarregou da coordenação e da redacção do presente trabalho, exceptuando a parte relativa à caracterização dos materiais cerâmicos e às correspondentes conclusões, a cargo do segundo signatário. Os restantes signatários participaram activamente nos trabalhos de campo e na lavagem e marcação dos espólios, a par de Jorge Gonçalves, integrado em programa OTL/CMO. Os desenhos são da autoria do terceiro signatário e a planta deve-se a Bernardo Ferreira (CEACO/CMO). A autoria das fotos encontra-se assinalada em cada caso.

¹ Prof. Catedrático de Arqueologia e Pré-História da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO)

² Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

³ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO).

Com tal objectivo, procurou-se em 1998, aquando da apresentação do primeiro pedido de autorização ao recém-criado Instituto Português de Arqueologia (IPA), obter a autorização do proprietário, como determina a legislação. Este, depois de concordar com tal pretensão, viria, poucos dias antes do início dos trabalhos, a recuar na concórdância já dada, o que inviabilizou a realização dos mesmos.

Nos anos seguintes, continuou-se a apresentar e a obter, do IPA, as necessárias autorizações até para expressar publicamente que o interesse na intervenção se mantinha, caso fosse necessário comprová-lo. Em complemento desta posição, considerada essencial para justificar a importância de realização de trabalhos arqueológicos, foi tomada outra iniciativa, não menos importante: em 2002, foi proposto pelo primeiro signatário, na qualidade de Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras, que a área de interesse arqueológico, tanto quanto era possível averiguar através da distribuição de vestígios á superfície, fosse contemplada na revisão do PDM, informando-se por outro lado o Departamento de Planeamento de Gestão Urbanística (DPGU), através da Divisão de Planeamento (DP), da impossibilidade de aprovação de qualquer pedido de urbanização da área em causa sem que fossem previamente realizados trabalhos arqueológicos, com base em planta então elaborada, em colaboração com aquela Divisão.

Desta forma, tendo-se verificado, em 2007, a venda, por parte do referido e de outros proprietários, de parcelas de terreno em Leião a um consórcio com o objectivo de promover um vasto empreendimento urbanístico, residencial e de serviços, abrangendo a zona de comprovado interesse arqueológico, coube ao Director do DPGU da Câmara Municipal de Oeiras informar os referidos promotores da limitação existente, de índole arqueológica. Verificando-se, da parte destes, total disponibilidade para rever a proposta contemplada no estudo prévio então apresentado, admitindo-se mesmo que a área de interesse arqueológico pudesse reverter para o domínio público, constituindo-se em mais um espaço de fruição cultural do Município, deu-se, enfim, início ao processo que conduziu à realização dos trabalhos arqueológicos em 2008, os quais foram totalmente custeados pela Câmara Municipal de Oeiras, atendendo aos pressupostos de entendimento previamente estabelecidos.

Deste modo, a preparação e lançamento deste programa de trabalhos arqueológicos, da responsabilidade do primeiro signatário, na qualidade de Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/CMO, decorreu em estreita articulação com o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística/CMO, a cujo Director, o Arq. Baptista Fernandes, se deve prestar desde já o agradecimento devido pelo permanente acompanhamento e eficaz articulação que garantiu com o promotor imobiliário (BIERT), a cujos administradores, se deve apresentar idêntico agradecimento, pela disponibilidade sempre demonstrada ao logo da realização dos trabalhos, e, em especial, desde o momento em que se confirmou a necessidade de promover a preservação e valorização dos testemunhos arqueológicos postos a descoberto.

A intervenção arqueológica realizada em 2008 na *villa* romana de Leião integrou-se no Projecto de Investigação ARQOEIRAS – “Arqueologia do concelho de Oeiras” com vigência entre 2006 e 2009, o qual foi superiormente aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia por despacho do seu Director de 4/4/2006.

2 - LOCALIZAÇÃO, GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O local de implantação das estruturas romanas exploradas em 2008 corresponde a terreno de ondulações suaves, com ligeiro pendor para poente, correspondente, do ponto de vista geológico, a calcários duros recifais de idade Cretácica (Cenomaniano superior), aflorantes ou sub-aflorantes no terreno, cuja qualidade justificou a implantação de diversas pedreiras no local, entulhadas há cerca de 40 anos, mas das quais ainda hoje subsiste o topónimo “Rua das Pedreiras”, atribuído a artéria adjacente à área de interesse arqueológico. Esta integra-se em trecho da encosta esquerda de ribeira de Porto Salvo, curso de água hoje insignificante cuja cabeceira coincide

com o local da estação; esta dista cerca de 200 m para Sul de importante aquífero, cujas captações alimentam ainda hoje, o notável chafariz setecentista de Leião, implantado na berma da antiga estrada de Porto Salvo para o Cacém, cerca de 100 m a NW da estação arqueológica.

As respectivas coordenadas geográficas são as seguintes, lidas na Carta Militar de Portugal na escala de 1/25 000, folha n.º 430 (Oeiras):

38 ° 43' 43" Lat. Norte; 9 ° 17' 53" Long. W de Greenwich (Fig. 2).



Fig. 2 – Leião. Localização da estação arqueológica na Carta Militar de Portugal na escala de 1/25 000 (Lisboa, Serviços cartográficos do Exército, Folha n.º 430 – Oeiras) e na Península Ibérica.

3 - TRABALHOS REALIZADOS

Os trabalhos de campo decorreram em duas fases distintas, em consequência da estratégia de trabalho adoptada, imposta pelos objectivos a atingir.

Tendo presente que a área de distribuição de materiais arqueológicos à superfície atingia cerca de 100 metros de largura por cerca de 140 metros de comprimento considerou-se necessário, numa primeira fase dos trabalhos de campo, proceder a uma campanha de prospecção geofísica, tendo em vista a identificação do ou dos locais com maiores potencialidades arqueológicas. Para o efeito, foi contratada pela Câmara Municipal de Oeiras a firma Eastern Atlas GBR, com sede em Berlim, a qual já possui um diversificado conjunto de trabalhos da mesma natureza realizados, com sucesso em Portugal.

Assim, depois de obtida a necessária autorização por parte do IGESPAR (Referência S-13578, ofício n.º. 07088, de 24 de Julho de 2008), concedida ao primeiro signatário, procedeu-se aos trabalhos de prospecção geofísica, dirigidos pelo Dr. Cornelius Meyer, os quais se vieram a realizar entre 7 de Julho e 11 de Julho, num total de quatro dias úteis (Fig. 3). Os métodos utilizados para a caracterização geofísica da referida área foram dois: numa primeira fase, aplicou-se o método da prospecção geomagnética, com uma resolução espacial de 40 cm x 5 cm, e integração dos resultados em planta topográfica á escala de 1/1000 (Fig. 4). Numa segunda etapa, tendo em consideração os resultados obtidos, foi aplicado o método do Georradar (GPR) utilizando perfis paralelos aplicados na área, de cerca de 1000 m², onde se observavam maiores potencialidades de ocorrência de estruturas enterradas (Fig. 5). Em ambas se assinalam as potenciais estruturas enterradas, decorrentes da respectiva interpretação dos dados, cuja confirmação se impunha, através da respectiva escavação. A disponibilidade desta informação,



Fig. 3 – Leião. Prospecção geofísica da área de interesse arqueológico.

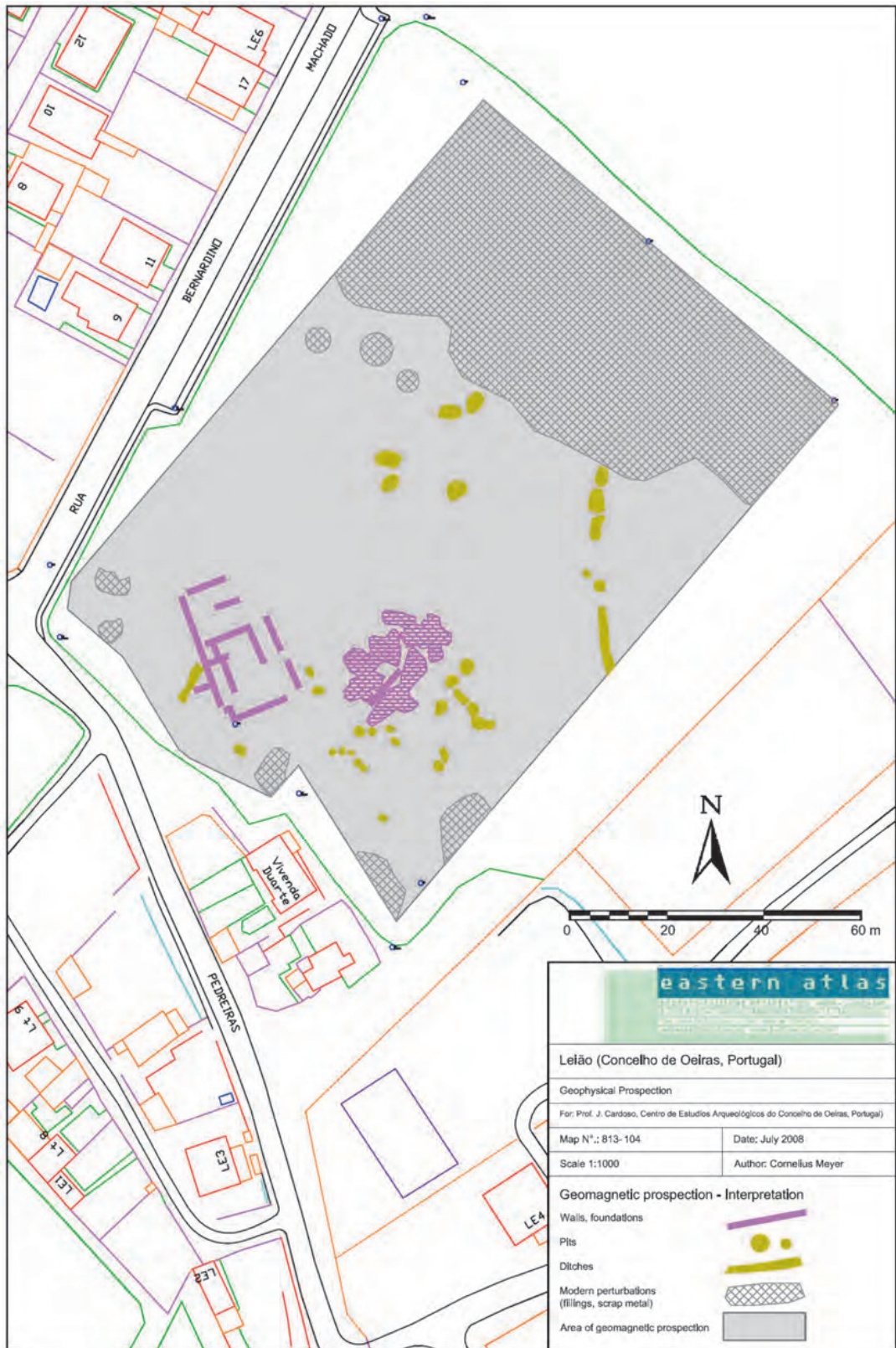


Fig. 4 – Leão. Resultados da interpretação da prospeção geomagnética.



Fig. 5 – Leão. Resultados da interpretação da prospecção por Georadar, com sobreposição, a negro, da planta das estruturas arqueológicas postas a descoberto.



Fig. 6 – Leião. Abertura de quadrados em diagonal, segundo quadrícula de 4 m de lado previamente imposta. Foto J. L. Cardoso.

constituiu, em qualquer caso, importante elemento orientador para a selecção da zona a explorar através de escavação.

Esta segunda fase dos trabalhos de campo decorreu entre 22 de Setembro e 24 de Outubro, totalizando 25 dias úteis. Os trabalhos decorreram, tal como os anteriores, sob orientação do primeiro signatário, cuja autorização lhe foi comunicada por Ofício do IGESPAR de 24/7/2008. Além deste, integraram permanentemente a equipa os terceiro e quarto signatários e ainda o jovem integrado no Programa OTL da CMO Jorge Gonçalves, que compareceu ininterruptamente do princípio ao fim dos trabalhos de campo, tendo prestado excelente colaboração, depois prosseguida no tratamento laboratorial dos espólios recuperados. Os registos de campo foram efectuados por Bernardo Ferreira, do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/CMO. Merece especial destaque a colaboração da Divisão de Espaços Verdes/CMO, ao ter cedido um bobcat, com o respectivo operador, o senhor Paulo Jorge Sousa, indispensável para a abertura das sondagens, que muito facilitaram a condução dos trabalhos, em termos de economia de tempo e de esforços dispendidos.

No final dos trabalhos de campo, considerou-se o estabelecimento romano de Leião como completamente investigado. Deste modo, pela segunda vez, e no âmbito da arqueologia oeirense, efectivou-se uma intervenção arqueológica em um núcleo de época romana, juntando-se aos trabalhos anteriormente realizados, em 2006 e 2007 na *villa* romana de Oeiras, ao abrigo do mesmo Projecto de Investigação, mas libertos dos condicionalismos verificados neste último local, pois tratava-se de intervenção em meio urbano.

A metodologia da escavação arqueológica foi ajustada à natureza dos resultados obtidos de prospecção por georradar, que apontavam a existência de alinhamentos de muros com orientação geral NW-SE e NE-SW, formando uma malha ortogonal de desenvolvimento bem definido. Tomando como prioridade a confirmação destas existências, estabeleceu-se, na zona interessada pelas mesmas, correspondente à extremidade sudoeste da área investigada, uma quadrícula com orientação N-S e E-W, constituída por quadrados com 4 metros de lado, que abarcava toda a área em causa.

A escavação iniciou-se pelos quadrados mais meridionais, respeitando uma linha diagonal que atravessava a totalidade da área considerada de interesse arqueológico (Fig. 6), desenvolvendo-se, depois, lateralmente a essa linha, respeitando um sistema em xadrez. Esta estratégia permitiu cobrir a totalidade da área cujo verdadeiro potencial arqueológico importava conhecer, com o mínimo de investimento em termos de trabalhos intrusivos. Após a identificação dos primeiros troços de paredes, cuja profundidade não excedia em geral 0,20/0,30 m, adoptou-se a estratégia de, alargando progressivamente a área escavada com base no desenvolvimento dos mesmos no terreno, colocar integralmente a descoberto a totalidade das estruturas arqueológicas preservadas. Tratou-se, deste modo, de escavação em área, por junção dos quadrados anteriormente escavados, permitindo a identificação integral das características do desenvolvimento espacial daquelas.

No final, a área escavada atingia 480 m², incluindo os quadrados isolados, que não revelaram estruturas arqueológicas. Na Fig. 8 apresenta-se o levantamento integral das estruturas arqueológicas postas a descoberto, a par da interpretação do que seria o espaço arquitectónico original, definindo edifício único e isolado no terreno.



Fig. 7 – Leião. Vista geral da área escavada, no final dos trabalhos. Foto J. L. Cardoso.

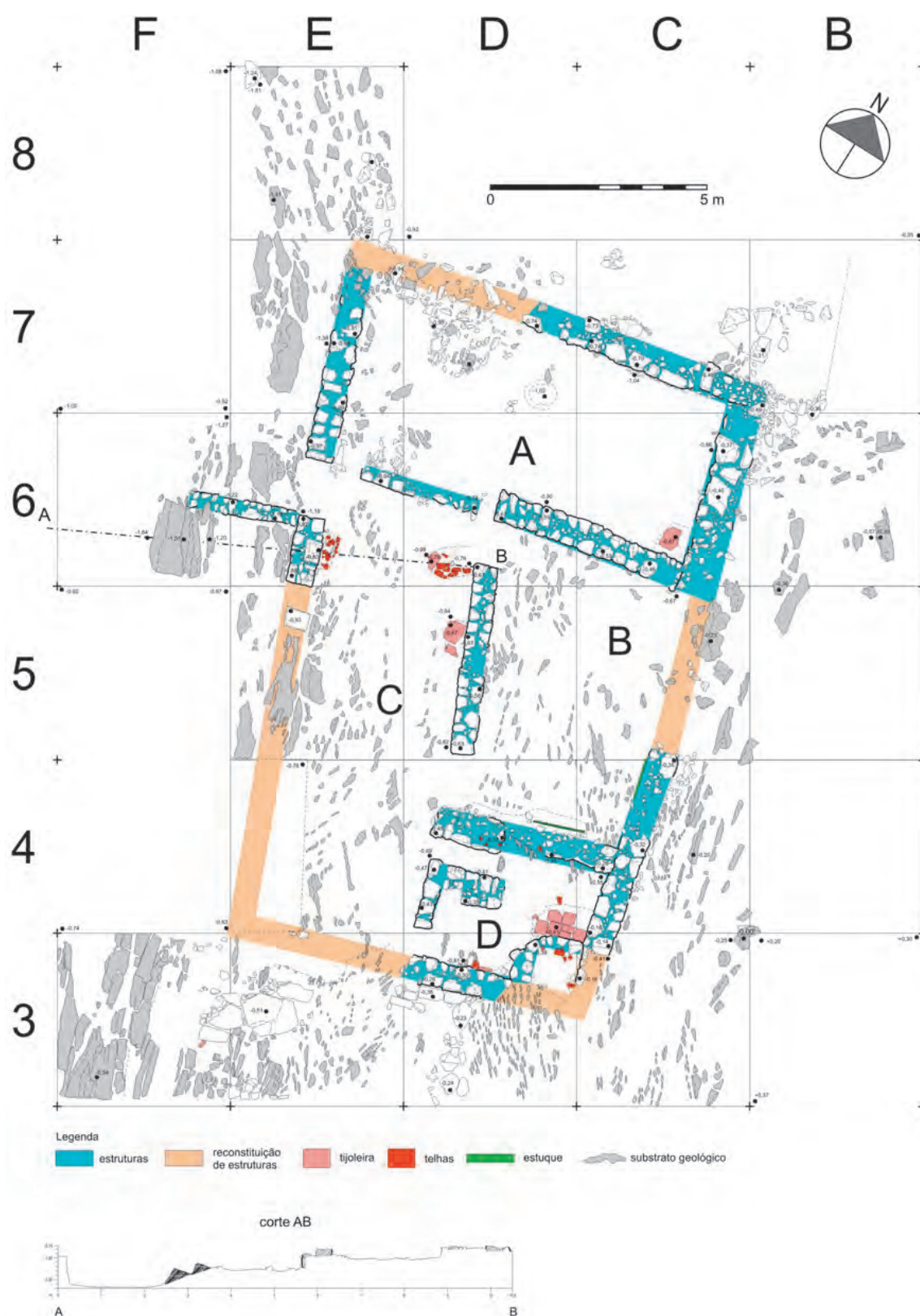


Fig. 8 – Leão. Planta e Corte AB da área escavada, com a restituição dos sectores das estruturas em falta.



Fig. 9 – Leião. Vista parcial da área escavada, observando-se em primeiro plano os afloramentos de calcários sobre os quais assentaram as estruturas arqueológicas, em segundo plano. Foto J. L. Cardoso.

4 – RESULTADOS OBTIDOS

4.1 – Estratigrafia

A sucessão estratigráfica reconhecida na área escavada possui potência diminuta, em virtude de o substrato geológico, como anteriormente se referiu, constituído por calcários duros cretácicos, se apresentar subafiorante (Fig. 9), encontrando-se as estruturas arqueológicas directamente fundadas sobre o mesmo, ou sobre camada margosa, conforme documenta o corte A-B da Fig. 8, a qual corresponde ao piso dos diversos compartimentos do edifício (Fig. 10).

A descrição da referida sequência é a seguinte, de cima para baixo (Figs. 11 e 12):

Camada 2 – correspondente à formação do solo arável moderno, de coloração castanho-escuro e textura terrosa, em parte formada à custa da deposição de terras, em época actual, relacionadas, como já se referiu, com a desactivação de várias pedreiras de calcário existentes na área adjacente, para E e NW, hoje totalmente colmatadas (Fig. 6), tendo em vista a recuperação dos campos agrícolas pré-existentes. Esta camada possui abundantes materiais de construção romana dispersos (0,40 m de potência máxima);

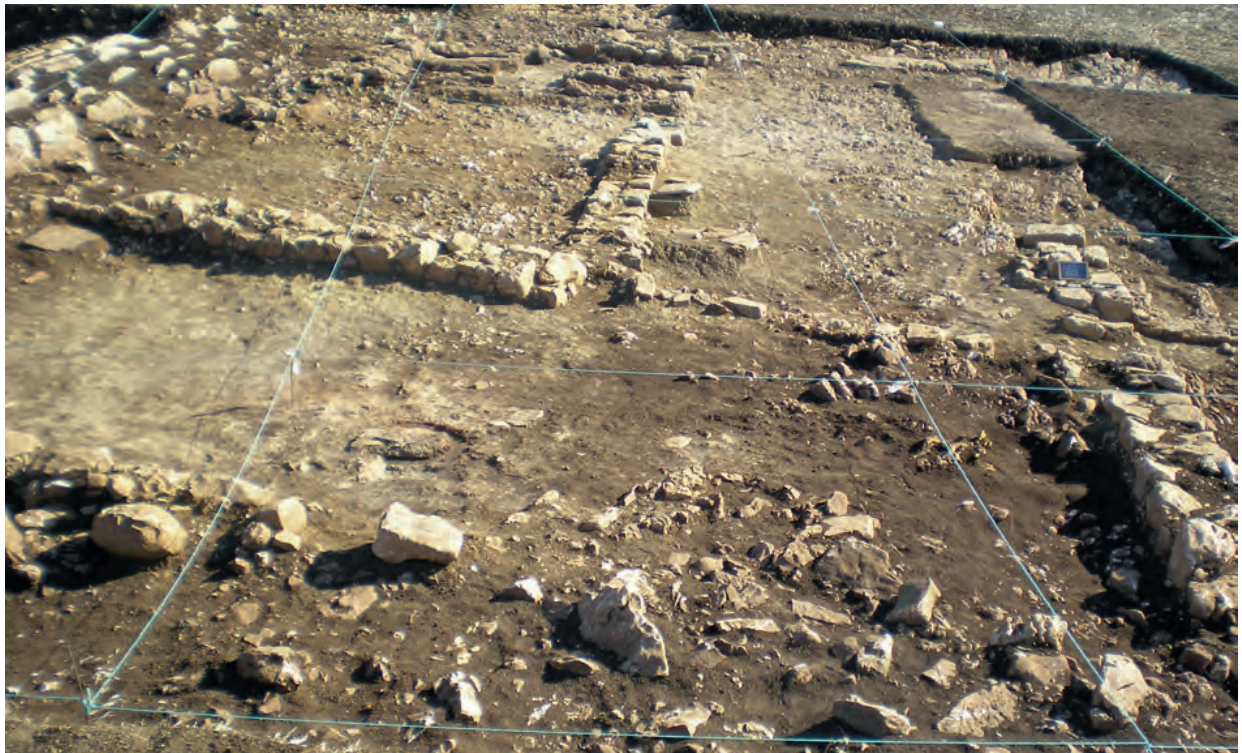


Fig. 10 – Leião. Vista parcial da área escavada, evidenciando-se a camada de margas esbranquiçadas compactadas que constituía o piso dos diversos compartimentos do edifício. Em primeiro plano, o Compartimento A. Em segundo plano, à esquerda, o Compartimento B e à direita, o Compartimento C. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 11 – Leião. Corte no terreno, evidenciando-se o contacto da Camada 2 (solo arável), com a Camada 1 (margas compactadas correspondentes aos pisos dos diversos compartimentos do edifício). Foto J. L. Cardoso.



Fig. 12 – Leião. Vista parcial da escavação observando-se, em segundo plano, a fraca potência estratigráfica, ocorrendo as estruturas arqueológicas a pequena profundidade, entre 0,20 e 0,30 m. Foto J. L. Cardoso.

Camada 1 – depósito argilo-carbonatado, de coloração amarelada (margas), intencionalmente transportado para o local, por forma a constituir os pisos dos compartimentos do estabelecimento (0,20 m de potência máxima) e, em parte, a fundação dos correspondentes muros. Trata-se de material depositado sobre o substrato calcário cretácico (Cenomaniano superior), o qual terá sido facilmente recolhido nas camadas margosas do Cenomaniano inferior e médio, que afloram nas proximidades.

Camada 0 – corresponde ao substrato geológico, sobre o qual se assentou o embasamento do edifício, constituído por calcários duros recifais do Cretácico (Cenomaniano superior).

A separação entre a Camada 2 e a Camada 1 nalguns casos era sublinhada por nível horizontal de telhas (*imbriões*) esmagadas, em resultado do abatimento do telhado do edifício.

A Camada 1 apresentava-se localmente escurecida, devido à existência de restos carbonosos, sob a forma de cinzas e de pequeníssimos fragmentos vegetais incarbonizados, os quais, distribuindo-se pela generalidade da área escavada atestam a existência de um incêndio que destruiu completamente o estabelecimento romano.

O aludido incêndio, que, em outros pontos conduziu à rubefacção do piso de argila batida dos compartimentos postos a descobertos, provocou o abatimento brusco da cobertura, em resultado da cedência dos barrotes que a sustentavam. Tal situação deu origem a um nível contínuo, formado essencialmente de ímbrices, nalguns casos quase completas, directamente assente nos pisos dos compartimentos, então em plena utilização (Fig. 13; Fig. 14; Fig. 15 e Fig. 16), correspondendo, deste modo, ao topo da Camada 1.



Fig. 13 – Leião. Pormenor do nível contínuo de *imbrices* com desenvolvimento horizontal, formado pelo abatimento do telhado, observado no interior do Compartimento C. Foto J. L. Cardoso.

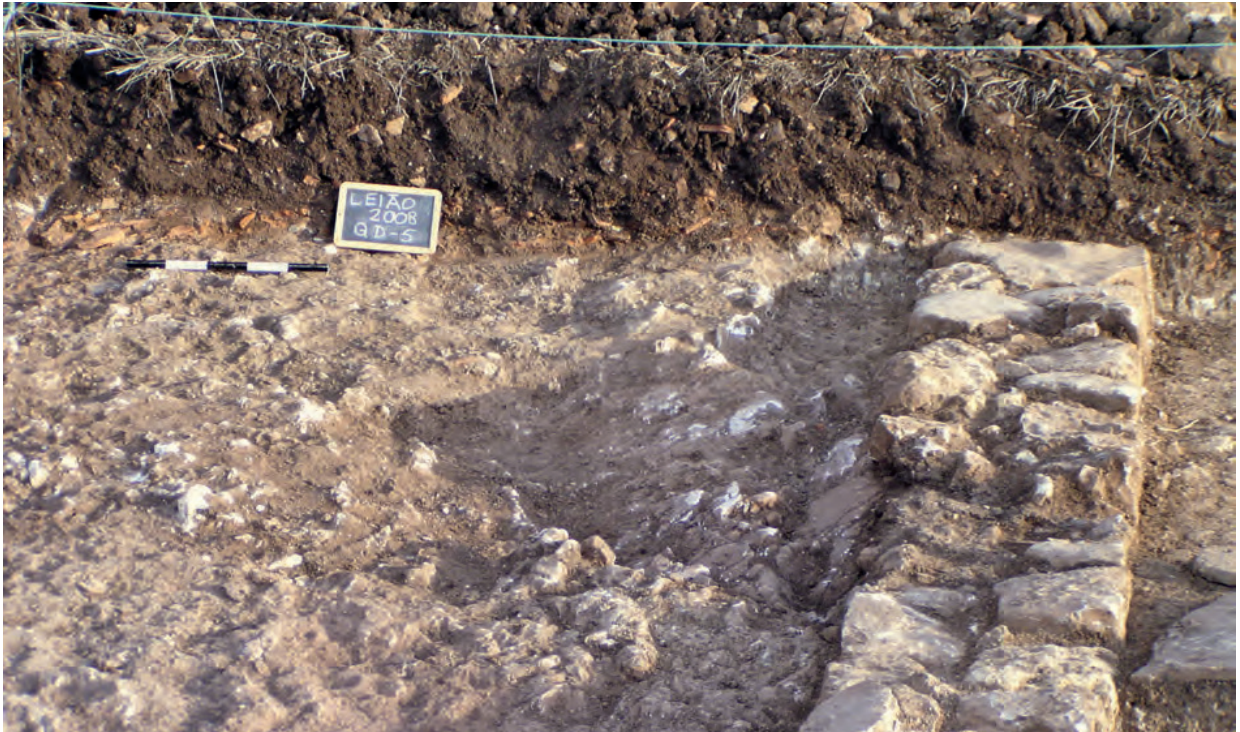


Fig. 14 – Leião. Pormenor do nível contínuo de *imbrices* com desenvolvimento horizontal, formado pelo abatimento do telhado, observado no interior do Compartimento B. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 15 – Leião. Vista geral do nível de *imbrices* depois de decapado, na área correspondente ao interior do Compartimento C. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 16 – Leião. Pormenor do nível de *imbrices* depois de decapado, na área correspondente ao interior do Compartimento C. Foto J. L. Cardoso.

4.2 – Estruturas

As estruturas arqueológicas encontradas correspondem invariavelmente a troços de paredes de alvenaria de blocos de calcário não aparelhados, que se desenvolvem em geral a cerca de 0,20/0,30 m da superfície do terreno e se apresentam, por tal motivo, muito mal conservadas, podendo mesmo não existir. No entanto, os elementos recuperados pela escavação foram suficientes para definirem não só o perímetro do edifício, mas também os diferentes compartimentos que integravam. É de salientar que em nenhum caso se identificou a existência de argamassas a ligar os blocos, embora estas devessem ter existido inicialmente. É provável que a existência de fenómenos pedológicos, tendo presente a fraca profundidade a que se desenvolviam as estruturas explique o desaparecimento das argamassas. Esta ausência é tanto mais de estranhar, quanto é certo que se conservaram estuques ou rebocos pintados, em um dos compartimentos do edifício posto a descoberto, situação que é acompanhada pela existência de um sector do piso do compartimento da entrada (Compartimento C) revestido a argamassa de cal e areia.

Os elementos estruturais postos a descoberto correspondem apenas a uma fase construtiva, situação aliás explicada pela curta utilização do estabelecimento (ver Planta, Fig. 8). Antes de passar à respectiva descrição arquitectónica e funcional, importa discutir as condicionantes que conduziram à preservação do mesmo. Com efeito, os resultados da prospecção geofísica mostraram, como acima se referiu, a existência de diversas pedreiras, que no conjunto ocupam área assinalável, situadas em torno da área escavada; esta só não foi atingida porque a principal área de extracção se situa muito para nascente, correspondendo as áreas de menor expressão às pedreiras mais próximas das estruturas arqueológicas. Deste modo, a sua preservação só foi possível por tal área não ter suscitado o interesse, por razões, talvez fruto do acaso, pois não decorrem da menor qualidade dos calcários sub-aflorentes ali disponíveis. Uma vez colmatadas as pedreiras, há umas dezenas de anos, foi de novo reconstituído o terreno como área agrícola, entulhando-se as depressões com terras oriundas de outros locais, incluindo despejos de obras, que explicam, por exemplo, a ocorrência de pequenas placas de mármore rejeitadas, as quais, numa primeira análise, se confundiram com materiais romanos, dispersas por toda a área arqueológica por via das lavras frequentes, as quais se prolongaram até à actualidade. Estas podem, enfim, ter contribuído para a destruição da parte superior das paredes, as quais, como se referiu, ocorrem a cerca de 0,20/0,30 m da superfície actual do terreno.

*** ** *

A descrição que sucintamente se apresenta de seguida evidenciará apenas os aspectos de maior importância observados no decurso das escavações.

Do ponto de vista arquitectónico, trata-se de um edifício de planta grosseiramente sub-rectangular, com o comprimento médio de cerca de 16 m e a largura média de cerca de 10 m. O espaço interno integrava quatro compartimentos, todos de planta sub-rectangular, conforme se evidencia na planta (Fig. 8), os quais comunicavam entre si por passagens interiores com a largura média de cerca de 1,0 m.

O edifício possuía, tanto quanto se pôde apurar, uma única porta comunicando com o exterior, virada a poente, a qual possuía a largura de 1,2 m, encontrando-se flanqueada do lado meridional, por murete exterior, com uma espessura inferior à das restantes paredes. Foi apenas do lado meridional desta entrada que se observaram os únicos blocos aparelhados de calcário (Fig. 17 e Fig. 18).

Na parte restante do edifício, não se evidenciaram diferenças na robustez ou espessura dos muros, que possuem a largura média de 0,75 m, ostentando sempre duas faces, constituídas por fiadas de blocos alinhados mas não aparelhados, com enchimento de pedra miúda na parte média.



Fig. 17 - Leião. Vista geral da entrada do edifício, voltada a poente e flanqueada de um dos lados por murete rectilíneo. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 18 - Leião. Vista frontal da entrada do edifício, voltada a poente e flanqueada de um dos lados por murete rectilíneo. Foto J. L. Cardoso.

Importa proceder a uma análise funcional dos diversos compartimentos, conforme se encontram assinalados na Planta (Fig. 8):

Compartimento A: trata-se da maior dependência do edifício, ocupando, a toda a largura, o seu topo norte (Fig. 10 e 19). O piso apresenta-se constituído por material margoso esbranquiçado, batido e regularizado, assente directamente no substrato geológico. Aproximadamente ao centro, encontrou-se um lar, cuja base corresponde a fragmento de recipiente muito fracturado e queimado, assente em depósito margoso também ele com fortes vestígios de calor (Fig. 20). No canto sudeste, identificou-se uma pequena área ocupada por tijoleira, disposta horizontalmente, visível na Fig. 10, cuja posição indica o nível a que se desenvolvia o pavimento. A recolha, junto à parede nascente deste compartimento, de um grupo de 4 pesos de tear indica a existência de um daqueles dispositivos. Deste modo, é de admitir que esta dependência, para além de poder corresponder a espaço de descanso de alguns dos ocupantes da casa, como sugere o pequeno lar ali identificado, serviria, essencialmente, às actividades domésticas do quotidiano dos seus habitantes, entre as quais se incluía a tecelagem e a fição.



Fig. 19 – Leião. Vista parcial da área escavada. Em primeiro plano, testemunho do abatimento do telhado, constituído por *imbrices* dispostas horizontalmente, assentes directamente no piso de margas compactadas do Compartimento C. Em segundo plano, o Compartimento A, cujo interior continha um lar, assinalado pela figura humana. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 20 – Leião. Pormenor do lar identificado no interior do Compartimento A, cujo embasamento é constituído por fragmento de recipiente fortemente queimado e fracturado *in situ*. Foto J. L. Cardoso.

Compartimento B: corresponde à única dependência onde se observou a existência de revestimento das paredes por reboco ou estuque pintados, constituindo motivos muito simples, essencialmente de bandas de coloração vermelho-pálida, os quais, pela exiguidade dos fragmentos recolhidos, não foi possível reconstituir. Tais vestígios, que se concentravam no canto sudeste (Fig. 8), tinham sido já identificados nas prospeções de superfície efectuadas desde 1975, como acima se referiu. A escavação evidenciou, naquele sector da dependência, uma fina película de reboco de cal e areia, ou em alternativa, de estuque, de coloração esbranquiçada, com cerca de 3 cm de espessura, aplicada à face interna da parede desde a base da mesma, reveladora da importância relativa daquele compartimento, no conjunto edificado (Figs. 21, 22 e 23). Tratar-se-ia do espaço destinado às refeições e, eventualmente, também a outras actividades domésticas, entre as quais a fiação, como mostra a presença de dois cossoiros de barro anegrado, unidos pela base maior, formando assim, em conjunto, o volante do fuso de fiar. É interessante esta solução, que permitia, pelo aumento da massa, uma maior velocidade de rotação. Foi também neste compartimento que se recolheram as duas fíbulas, sugerindo que o mesmo pudesse também servir de quarto de dormir aos proprietários, além de um curioso amuleto em forma de crescente.

Esta dependência comunica, através de duas passagens, com o Compartimento C. A situada do lado setentrional apresentava-se colmatada por entulhos observando-se, em zona imediatamente adjacente, abundantes fragmentos de ímbrices caídas da cobertura (Figs. 19 e 24), dispostos horizontalmente, cuja posição indica o nível do piso

Fig. 21 – Leião. Vista parcial da área escavada, observando-se a parede divisória entre os Compartimentos D e B. Do lado deste último, desenvolve-se no terreno fina lineação de coloração esbranquiçada, correspondente ao revestimento, de reboco ou estuque, da parede respectiva. Foto J. L. Cardoso.

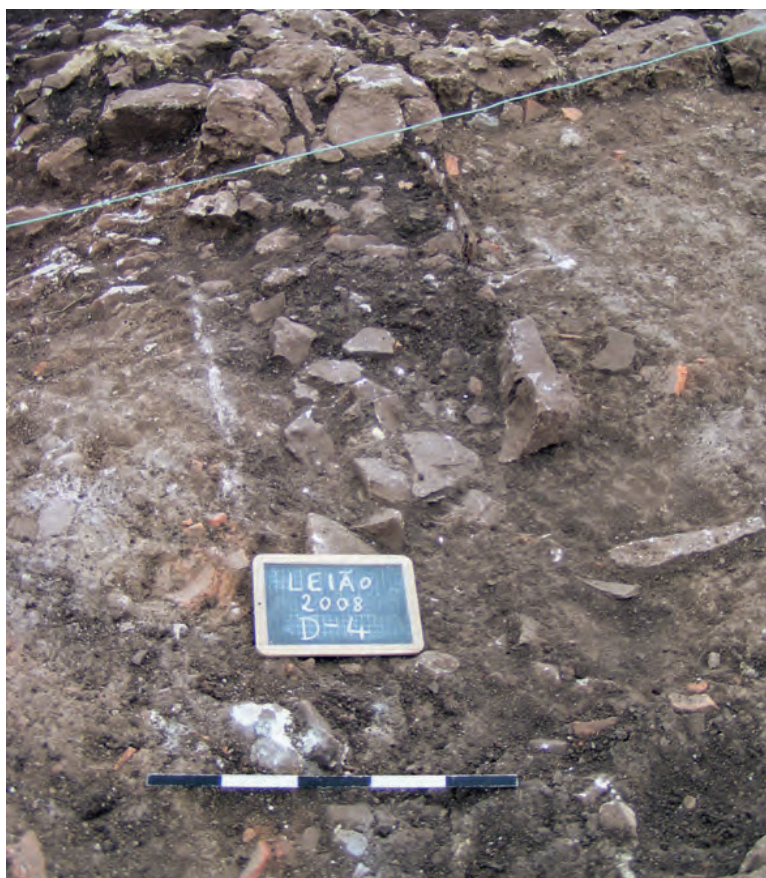


Fig. 22 – Leião. Vista parcial da área escavada, observando-se, à esquerda, a parede divisória entre os Compartimentos D e B. Do lado deste último, desenvolve-se no terreno fina lineação de coloração esbranquiçada, correspondente ao revestimento, de reboco ou estuque, da parede respectiva; à direita, divisa-se parcialmente o interior do Compartimento D (cozinha), cujo piso se encontra parcialmente revestido por tijoleiras quadrangulares, relacionadas com um lar, não visível, correspondente ao canto adjacente do compartimento. Foto J. L. Cardoso.





Fig. 23 – Leão. Foto de fragmentos de reboco ou estuque pintado que revestiam as paredes do compartimento B (ver Figs. 21 e 22). Foto de B. Ferreira.



Fig. 24 – Leião. Vista parcial, em curso de escavação, do Compartimento B, observando-se a passagem setentrional ainda entulhada, de onde provém numisma de Calígula cunhado no ano 40 d.C. Do lado externo, a acumulação na horizontal de *imbrices* dispostas na horizontal, resultantes da queda do telhado, indica o nível a que se encontrava o piso deste sector do edifício. Foto J. L. Cardoso.

sobre o qual desabaram. Em tais entulhos, formados no momento da derrocada, recolheu-se um importante elemento de datação: trata-se de um Quadrante de Calígula em bom estado de conservação, apesar de fortemente concrecionado, cunhado no ano 40 d.C., adiante descrito.

Apesar de não se terem identificado tesselas susceptíveis de indicarem a existência de mosaicos, a presença no compartimento B, de rebocos de cal e areia ou de estuque pintados ilustram o grau de requinte em que vivia este proprietário rural dos primórdios do Império.

Compartimento C: foi o único que revelou a existência de um piso de argamassa de cal e areia (*opus caementitium*), sob a camada, quase contínua, de ímbrices que atapetava a superfície da área escavada (Figs. 15 e 16). Corresponde ao espaço em comunicação directa com a entrada e com os três outros compartimentos (Compartimentos A, B e D), constituindo por isso uma área de serviço, podendo tal facto justificar a maior resistência conferida ao piso.

Compartimento D: acedia-se ao menor compartimento do edifício através de uma pequena passagem, situada junto à parede meridional deste (Fig. 8), com apenas cerca de 0,5 m de largura. O interior do espaço definido conjuntamente por aquela parede e pela parede oriental do edifício correspondia sem dúvida à cozinha. O canto sudeste apresenta-se ocupado por um murete constituído por blocos dispostos em quarto de círculo, correspondendo provavelmente a um lar (Fig. 25). Seja como for, a área adjacente a este murete apresenta-se forrada por

diversas tijoleiras quadrangulares, ao nível do piso; poderia tratar-se de um lar, hipótese sublinhada pela existência de algumas tijoleiras escurecidas pelo fogo. A superfície regular assim criada assenta em camada constituída por material margoso, como nos demais casos, tendo-se ali identificado uma *imbrex*, visível na mesma figura. A posição deste elemento sugere uma fase anterior de utilização deste espaço, depois objecto de remodelação.

O principal interesse deste sector do edifício é a existência de um forno, definido por estreito corredor (Fig. 8), cujos muros evidenciam intensas marcas de fogo, com rubefacção e estalamento dos blocos de calcário que os integram. Assim, a área de preparação de alimentos integrava um forno, destinado, entre outras finalidades, a cozer o pão. Imediatamente do lado externo da entrada do forno, recolheu-se um Asse de *Emerita Augusta* (Méri-da), cunhado no reinado de Augusto, em bom estado de conservação, que será adiante descrito.

*** **

No conjunto, a imagem que se pode apresentar do edifício e das sua diversas dependências, é a de corresponder à residência de proprietário rural, possuindo por certo algum requinte, como sugere a existência de pelo menos um compartimento revestido a reboco ou estuque pintado, mas desprovido de luxo, como decorre da própria dimensão do espaço construído. Tal facto estará relacionado com a antiguidade deste estabelecimento rural, o qual, pelos espólios exumados, deve remontar ainda ao século I a.C., tendo sido abandonado cerca de meados do século seguinte, conforme sugere o espólio arqueológico recolhido, abordado no capítulo seguinte.



Fig. 25 – Leião. Vista geral do Compartimento D observando-se, no canto inferior esquerdo do mesmo, um murete de blocos em quarto de círculo, que delimitaria lar ali existente. Em área adjacente, dispõem-se várias tijoleiras quadrangulares, formando uma superfície regularizada ao nível do antigo pavimento, relacionada provavalmente com as actividades desenvolvidas no lar. Em segundo plano, observa-se o forno, cuja fornalha se encontrava delimitada por dois muros paralelos, fortemente actuados pelo calor, com o estalamento e a rubefacção dos blocos. Uma *imbrex*, observada na foto em nível subjacente ao das tijoleiras, ilustra uma anterior disposição do espaço na cozinha, depois objecto de remodelação. Foto J. L. Cardoso.

5 – MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Com excepção dos materiais de construção, os espólios recolhidos são escassos, como seria de prever num espaço doméstico que estava em plena utilização aquando do brusco abandono, determinado por incêndio, que conduziu à ruína total do edifício, que não voltou a ser reconstruído. Apesar de escassos, afiguram-se variados, tanto em termos tipológicos como de funcionalidades, tendo, por outro lado, um interesse acrescido, por corresponderem a artefactos que, aquando do desastre provocado pelo incêndio, se encontravam genericamente em plena utilização, realidade que dificilmente se poderá observar na generalidade dos estabelecimentos romanos desta época, dada as sucessivas ocupações neles ulteriormente observadas. No entanto, apesar de ser aliciante relacionar directamente cada compartimento com uma funcionalidade específica, como acima se tentou, tal realidade colide com a intensa fragmentação dos espólios, que indicam espalhamento assinalável pela área investigada, aliás em concordância com o elevado grau de destruição das estruturas arqueológicas. Quer isto dizer que, embora seja provável que a generalidade dos materiais estivessem em utilização aquando do incêndio, os mesmos poderiam ocupar presentemente posições distintas das correspondentes ao local em que foram utilizados pela última vez. Situação paradigmática é a indicada pelos pesos de tear: dos onze exemplares recolhidos, consentâneos com a existência de apenas um dispositivo de tecelagem na área habitada, apenas quatro se teriam conservado na posição original, junto à parede oriental do Compartimento A, dispersando-se os restantes em toda a periferia daquele local:

1 ex.: C4; 2 ex.: E6; 1 ex.: D6; 1 ex.: D4; 1 ex.: D5; 1 ex.: C7.

No entanto, certas ocorrências configuram que alguns espólios, designadamente os materiais de menores dimensões e mais pesados possam não ter sofrido significativas deslocações, como é o caso das moedas e das duas fíbulas, recolhidas no mesmo local do Compartimento B.

5.1 – *Materiais de construção*

A escavação integral do edifício rural romano de Leião permitiu a recolha de numerosos materiais de construção. Entre tais materiais, dominam as ímbrices e depois as tijoleiras de revestimento. As tégulas são excepcionais, o que faz pressupor que as coberturas fossem garantidas apenas por ímbrices, embora de tamanhos variáveis, as quais formaram camada contínua, devido ao abatimento da cobertura.

5.2 – *Materiais cerâmicos*

5.2.1 – *Cerâmica de tipo campaniense*

Surgiu um único exemplar de cerâmica de engobe negro, de tipo campaniense (Fig. 26, n.º 1; Fig. 31, n.º 1), que integra o conjunto de materiais de Leião I atribuíveis a uma ocupação do período romano republicano. Trata-se do fragmento de fundo com pé anelar de faces rectilíneas, convergentes, e dois círculos concêntricos no fundo interno, pertencente à forma Lamboglia 1 (2300 de Morel), taça utilizada para beber que representa “a segunda forma mais comum dentro das campanienses identificadas em território nacional” (LUÍS, 2010). O nosso exemplar oferece engobe negro, espesso, aderente, homogéneo, sem brilho; fundo externo reservado; pasta dura, muito fina, compacta, homogénea, de cor bege-rosada (Munsell 7.5YR 7/4). É atribuível ao círculo da campaniense B, sendo datada de inícios a meados do século I a.C.

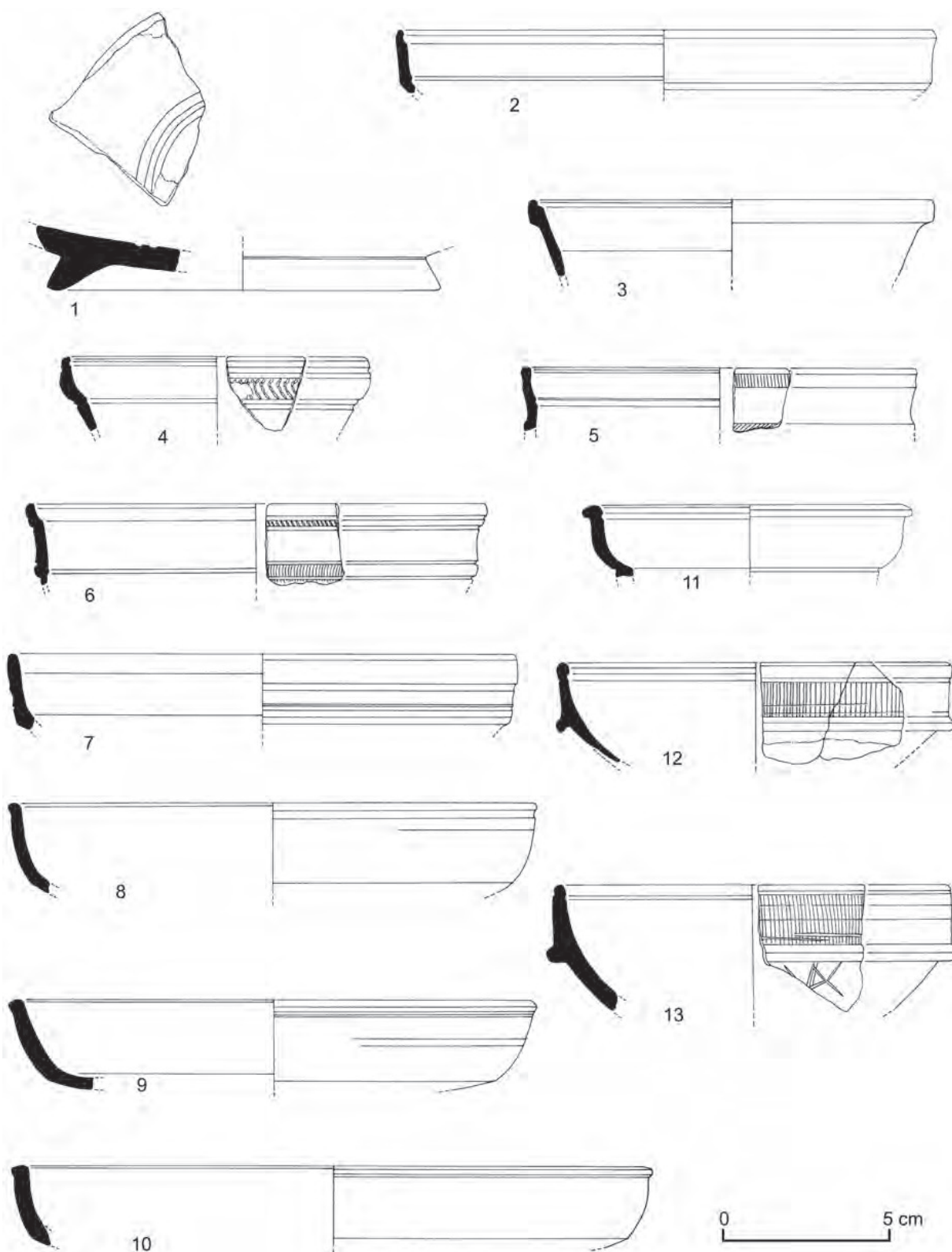


Fig. 26 - Leião. Cerâmica de mesa importada: n.º 1 - cerâmica de engobe negro de tipo campaniense (classe B); n.º 2 a 6 - *sigillata* de tipo itálico; n.º 7 a 13 - *sigillata* sudgálica.

5.2.2 – *Terra sigillata*

A *terra sigillata* de Leão I surgiu muito fragmentada. Apenas 14 exemplares permitiram identificar a forma. Constituem um conjunto datável do período augusto-claudiano. Distribui-se por *sigillata* de tipo itálico e *sigillata* sudgálica. O primeiro tipo está representado pelo prato Consp. 4 (2 exemplares) e pelas taças Consp. 14 (1 ex.), Consp. 15 (1 ex.) e Consp 22 (2 exemplares), formas datáveis de meados/finais do reinado de Augusto, com exceção do representado na Fig. 26, n.º 2, atribuível ao período Tibério-Cláudio. Com efeito, este último aproxima-se da variante Consp. 4.6, cronologicamente situada entre 14 e 54 d.C. Possui engobe brilhante, vermelho (10R 5/8), e pasta vermelho-amarelada (5YR 6.5/7). Diâmetro do bordo *ca.* de 160 mm.

O segundo exemplar da forma Consp. 4 (não figurado), de parede internamente repartida, integra a variante Consp. 4.5, com data de 9/7 a.C. a 14 d.C.

A taça em forma de campânula Consp.14 (Fig. 26, n.º 3), de parede recta (variante Consp. 14.1) é datada de 10 a.C. a 10 d.C. O engobe é acetinado, bem aderente e de cor vermelha (10R 5/8), e a pasta amarelo-avermelhada (5YR 6/6). Diâmetro do bordo *ca.* 120 mm.

A taça (Fig. 26, n.º 4; Fig. 31, n.º 4), também acampanada, pertence à forma Consp. 15; a sua cronologia está compreendida entre 15 a.C. e 15 d.C. Apresenta *guilhoché* na convexidade do bordo, engobe semi-mate, fino, pouco homogéneo, de cor vermelha (2.5YR 4.5/8) e pasta rosada (5YR 7/4). Diâmetro do bordo *ca.* 90 mm.

As taças da Fig. 26, n.ºs 5 e 6, de que se conservaram somente fragmentos do bordo, pertencem à forma Consp. 22, mais precisamente à variante Consp. 22.1, datada de 15 a.C. a 14 d.C. Ambos os bordos são decorados por *guilhoché* e possuem engobe fino e pouco homogéneo, muito afectado pelas condições de jazida, de cor vermelha (2.5YR 4/8 a 2.5YR 5/8); a pasta é rosada (2.5YR 7/6 e 5YR 7/4). Diâmetro do bordo *ca.* 120 mm (Fig. 26, n.º 5) e 130 mm (Fig. 26, n.º 6).

A *sigillata* sudgálica compreende as formas Drag. 15/17 (1 ex.), Drag. 18 (3 exs.), Drag. 27 (2 exs.) e Drag. 24-25 (2 exs.).

O único exemplar (Fig. 26, n.º 7) que atribuímos à Drag. 15/17 possui engobe brilhante, espesso e homogéneo de cor vermelha (2.5YR 4/8) e fractura concoidal vermelho-clara (2.5YR 6/6). Diâmetro do bordo *ca.* 160 mm. As suas características morfológicas aproximam-no do tipo 15a1 de Passelac e Vernhet (1993, p. 571), datado por estes autores do início do século I a 60 d. C. De facto, a reduzida obliquidade da parede seria própria, segundo Oswald e Pryce (1920) de cronologia pré-flaviana.

Os exemplares da Fig. 26, n.ºs 8-10, de engobe brilhante, espesso, homogéneo e vermelho (10R 4.5/8), fractura concoidal vermelho-clara (10R 5.5/6) e *ca.* 175 a 190 mm de diâmetro do bordo, pertencem à forma Drag. 18a de Passelac e Vernhet (1993, p. 572), ou seja, à Drag. 18 propriamente dita, visto a variante Drag. 18b da mesma classificação ser equivalente à Drag. 18/31. Para a primeira destas variantes, os referidos autores propõem a data de 15 a 60 d.C. Porém, devemos ter presente que a exportação da Drag. 18 se tornou corrente só a partir de Cláudio (POLAK, 2000, p. 91). Mas a cronologia pré-flaviana, ou mesmo pré-neroniana dos nossos exemplares é confirmada pelo conjunto das seguintes características: diâmetro do bordo superior a 160 mm (POLAK, 2000, p. 76); altura da parede relativamente baixa (inferior a 27 mm) e pouco inclinada. De notar que algumas destas características quando examinadas isoladamente entram, por vezes, em contradição com outras consideradas mais tardias. J.C. Quaresma, ao referir-se à proposta cronológica de Polak baseada no valor do diâmetro do bordo, salienta que “parecem haver leituras contraditórias que, por vezes, associam os maiores diâmetros e perfis mais pesados à Drag. 18/31 como acontece na monografia de Cala Culip IV (QUARESMA, 2003, p. 92).

O exemplar da Fig. 26, n.º 11 pertence à forma Drag. 27; oferece engobe brilhante, espesso e homogéneo de cor vermelha (2.5YR 4/6) e fractura concoidal vermelho-clara (10R 6/6). Diâmetro do bordo *ca.* 90 mm. Este

apresenta canelura interna, característica considerada pré-flaviana (OSWALD & PRYCE, 1920), embora o diâmetro do nosso bordo se encontre no limite a partir do qual Polak (2000, p. 107), ao estabelecer uma tendência evolutiva dos diâmetros dos bordos, admite estarmos perante peças geralmente flavianas.

Em Miróbriga, J.C. Quaresma notou não existir total coincidência entre a presença de canelura interna no bordo e os valores do diâmetro do mesmo (QUARESMA, 2003, p. 105). A existência de caneluras na zona da quebra do perfil pode ser mais um elemento a favor da antiguidade do nosso exemplar. Mas, como alerta este último autor, citando Polak (2000, p. 118), “as peças tardias podem também possuir esta canelura” (QUARESMA, 2003, p. 104).

A forma Drag. 24/25 está representada por dois exemplares (Fig. 26, n.ºs 12 e 13; Fig. 31, n.º 5 e 6), com fino *guilhocé* no exterior do bordo. Este é vertical e apresenta canelura interna e outra externa na sua parte superior. O n.º 13, com grafito imediatamente abaixo da moldura que reforça a carena, possui engobe brilhante, espesso, homogéneo e de cor vermelha (10R 4/8) e fractura concoidal vermelho-clara (2.5YR 6/6). Diâmetro do bordo *ca.* 120 e 130 mm.

A comercialização da Drag. 24/25 desenvolveu-se com Tibério; a sua produção manteve-se elevada até 60 d.C., tendo terminado, segundo Polak (2000), *ca.* 70 d.C. Como salienta Quaresma, a maior parte dos contextos conhecidos com Drag. 24/25 e a maioria dos oleiros que produziram esta forma são pré-flavianos (QUARESMA, 2003, p. 101).

5.2.3 – Cerâmica de paredes finas

Muito fragmentados, escassos e sem apresentarem qualquer perfil completo, os exemplares de cerâmica de paredes finas de Leão I sugerem um intervalo de tempo compreendido entre o período romano republicano/ augustano e os inícios do período flaviano.

O exemplar da Fig. 27, n.º 14, decorado a barbotina por fiadas de espinhos, decoração típica de vasos republicanos, mais raramente augustanos (MAYET & SILVA, 2002, p. 27), pode ser, com muitas reservas, atribuído à forma Mayet II/III (cf. MAYET, 1975, Est. VII, n.º 58), datável do final do século I a.C. (MAYET, 1975, p. 30). Sem engobe, tem pasta de cor amarelo-avermelhada (7.5YR 5.5/6).

Os bordos encurvados para o interior (Fig. 27, n.º 15), em vasos de paredes finas (formas Mayet II, III, IV, VIII, X e XI) são correntes na segunda metade do século I a.C. A sua cronologia não é só tardo-republicana, mas também alto imperial. Com efeito, a sua presença em horizontes puramente augustanos ou augusto-teberianos está referenciada, respectivamente, em Santarém (ARRUDA & SOUSA, 2003, p. 248) e Abul (MAYET & SILVA, 2002, Fig. 10, n.º 79).

O exemplar da Fig. 27, n.º 16, com canelura sob o bordo, desprovido de engobe e com pasta amarelo-avermelhada (7.5YR 5/6), é afim do n.º 5711 de Santarém (ARRUDA & SOUSA, 2003, p. 254 e Fig. 7, n.º 72) que estas autoras colocam na forma 3A, com data da segunda metade do século I a.C.

Os exemplares da Fig. 27, n.ºs 17 a 19, de forma indeterminada, apresentam decoração em barbotina: pérolas – Fig. 27, n.º 17; folha de água – Fig. 27, n.º 18; Fig. 31, n.º 2; e palmeta – Fig. 27, n.º 19; Fig. 31, n.º 3). As pérolas e as folhas de água ocorrem principalmente a partir de Tibério (formas Mayet XXV, XXVI, XXVIII, XXX, XXXI), mas é nas formas Mayet XXXVII A, XXXVII B, XXXVIII B, XXXIX e XL que esta decoração (e também as palmetas, nas formas Mayet XXXVII A, XXXVII B e XL) atinge a sua maior frequência. O *floruit* desta série de formas decoradas a barbotina situa-se, segundo Mayet (1975, p. 79), entre 40 e 80 d.C.

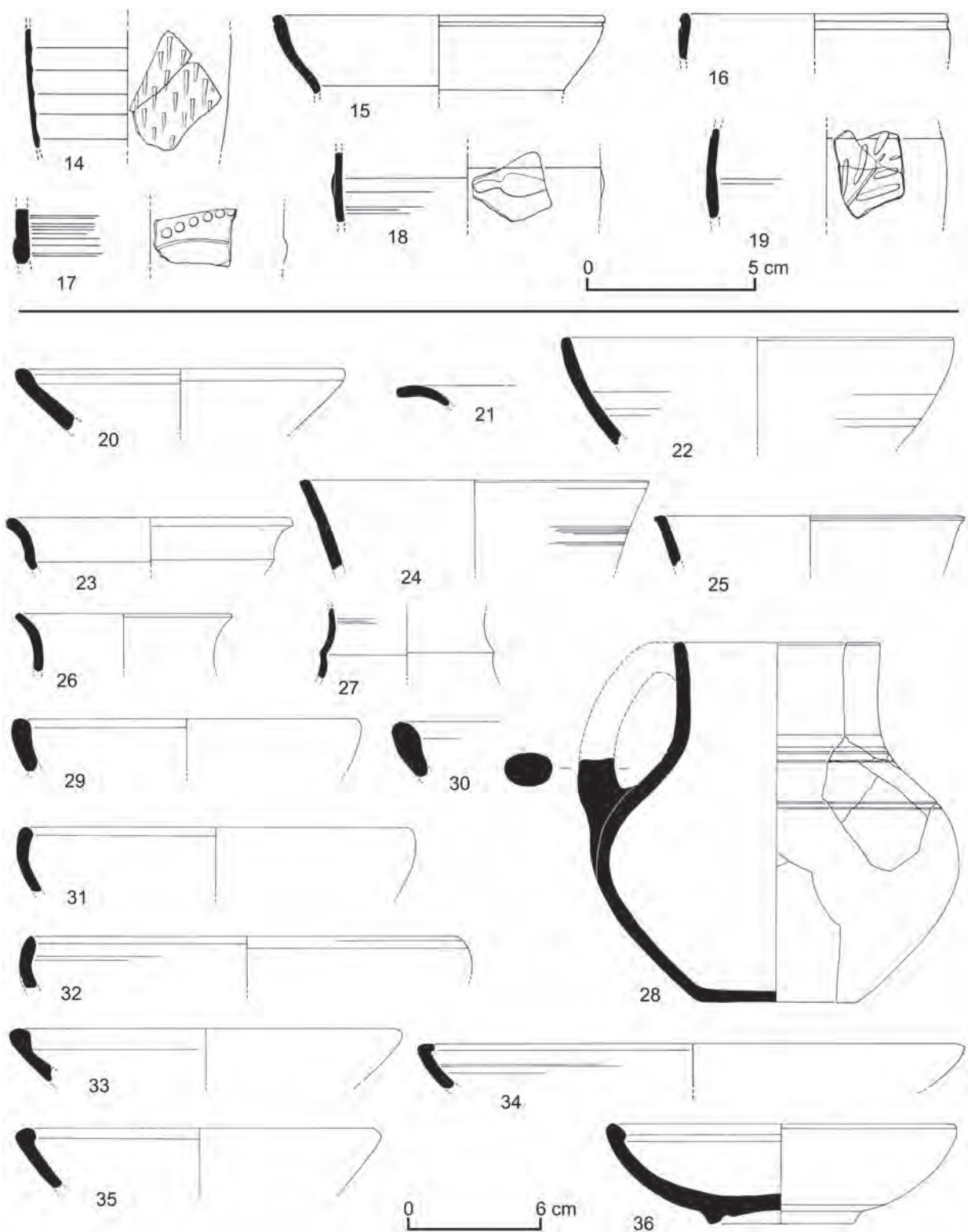


Fig. 27 – Leião. Cerâmica de mesa importada: n.º 14 a 19 – paredes finas; n.º 20 a 28 – cerâmica cinzenta de tradição orientalizante. Cerâmica comum: n.º 29 a 36 – pratos fundos.

5.2.4 – Cerâmica cinzenta fina

Os 19 exemplares de cerâmica cinzenta fina exumados em Leião I, que permitiram a identificação da forma, revelam, quer pela pasta/cor/tipo de cozedura, quer pela morfologia de alguns recipientes (p. ex., Fig. 27, n.ºs 20, 21, 23 e 27) um carácter orientalizante ou de tradição orientalizante. Assim, a sua presença neste arqueossítio corresponde ou a uma ocupação plenamente sidérica (e não podemos esquecer que em Leião II, a escassas centenas de metros da nossa jazida, existiu uma ocupação cronologicamente centrada no século VI a.C. onde a cerâmica cinzenta orientalizante se encontra bem representada) ou à já identificada ocupação do período romano republicano. Esta última hipótese parece-nos perfeitamente plausível visto ser conhecida a sobrevivência deste tipo de cerâmica nos níveis romanos republicanos (ou do Ferro Final) do Castelo de Alcácer do Sal (SILVA *et al.*, 1980-81, p. 179-180), bem como a sua distribuição ao longo de toda a sequência estratigráfica da Idade do Ferro de Santarém (ARRUDA, 1999-2000), sendo, em Leião, confirmada pelo facto de não se ter identificado, na área ocupada pelas estruturas postas a descoberto, qualquer indício estratigráfico de ocupação anterior à romana.

São as seguintes as formas presentes em Leião I:

- Prato de parede ligeiramente arqueada e bordo com espessamento interno convexo, em geral pouco acentuado (Fig. 27, n.º 20). 3 exemplares. Pasta fina. Superfícies cinzento-escuras e fractura cinzento-clara (1 ex.), cinzento esverdeada (5Y 6/3), ou cinzento-escura (1 ex.). Trata-se de uma das formas mais comuns da cerâmica cinzenta orientalizante, de origem fenícia-ocidental, frequente a partir do século VIII, quer em estabelecimentos fenícios quer em ambientes indígenas, e de vasta distribuição peninsular.
- Prato de bordo em aba sub-horizontal, ligeiramente arqueado e extrovertido (Fig. 27, n.º 21). 1 exemplar. Diâmetro indeterminado. Pasta e fractura castanha (5YR 4/4). Esta forma é também uma das mais frequentes no horizonte orientalizante, sobretudo no Sul de Espanha e no Baixo Sado. Rara, na região de Lisboa.
- Taça de parede ligeiramente arqueada e bordo simples (Fig. 27, n.º 22) 2 exemplares. Diâmetro do bordo *ca.* 180 mm. Pasta fina. Superfícies negras; fractura com núcleo vermelho (2.5YR 4/6). Forma muito frequente no horizonte orientalizante. De grande longevidade, prolonga-se pela época romana.
- Prato carenado de parede côncava e bordo extrovertido (Fig. 27, n.º 23). 1 exemplar. Diâmetro do bordo *ca.* 160 mm. Pasta fina. Superfícies cinzento-escuras e fractura com núcleo castanho (7.5YR 4/4). Embora a carena do nosso exemplar se mostre pouco acentuada, este perfil aproxima-se do do prato A3A2a da necrópole orientalizante de Medellín (LORRIO, 2008).
- Taça de parede recta ou ligeiramente côncava e inclinada para o exterior; bordo simples ou com ligeiro espessamento externo (Fig. 27, n.ºs 24 e 25). 9 exemplares. Diâmetro do bordo 150-200 mm. Pasta fina. Superfícies negras; fractura com núcleo cinzento-claro (3 exemplares), castanho-avermelhado (5YR 4/3) (5 exemplares) ou verde-acinzentado pálido (5Y 6/3) (1 ex.). Aproxima-se da forma 4 da cerâmica cinzenta da Sé de Lisboa (ARRUDA *et al.*, 2000, p. 41, Fig. 11, n.º2).
- Recipiente de colo côncavo e bordo simples e extrovertido. Diâmetro do bordo *ca.* 100 mm. (Fig. 27, n.º 26). 1 exemplar. Pasta fina. Superfícies cinzento-escuras; fractura com núcleo castanho-avermelhado (5YR 4/4). Pode tratar-se da forma 4 da cerâmica cinzenta da Sé de Lisboa.
- Fragmento de colo de presumível jarro, decorado por moldura horizontal (Fig. 27, n.º 27). 1 exemplar. Pasta fina. Superfícies castanho-acinzentadas muito escuras (10YR 3/2); fractura com núcleo de cor vermelha (2.5YR 4/6). Este tipo de jarro é comum em ambientes orientalizantes tardios (séculos VI-V a.C.) dos arredores de Lisboa (Outurela, Moinhos da Atalaia, Leião II).
- Jarro de colo cilíndrico, bordo simples, recto e vertical, bojo ovóide, fundo plano, sem pé, asa de secção oval, ligando a parte superior do bojo ao bordo. Pares de caneluras horizontais na base do colo e na

parte superior do bojo (Fig. 27, n.º 28; Fig. 32, n.º 1). Diâmetro do bordo 90 mm; diâmetro máximo do bojo 160 mm; diâmetro do colo 90 mm; altura do colo 50 mm; altura total 160 mm.

5.2.5 – *Cerâmica comum*

A cerâmica comum de Leião I é divisível em dois grupos de carácter cronológico. Por um lado, possuímos materiais de clara tradição sidérica que, poderiam ter integrado o horizonte de ocupação do período romano-republicano ou mesmo ter-se prolongado pelas primeiras décadas da época imperial (Fig. 27, n.ºs 33-36; Fig. 28, n.º 47-53; Fig. 29, n.º 61 e 62); por outro, contamos com exemplares que são atribuíveis a este último período (Fig. 28, n.ºs 37 e 38; 41-46; Fig. 29, n.º 56, 57 e 58, 64-67). De um ponto de vista morfo-funcional, identificámos os seguintes tipos:

- Prato fundo de parede arqueada (Fig. 27, n.ºs 29 a 36). 10 exemplares em que se reconhecem três variantes: a de bordo (150 mm de diâmetro) pouco inclinado para o exterior e com ligeiro espessamento interno (Fig. 27, n.ºs 29 e 30); a de bordo (diâmetro de 160 a 240 mm) também inclinado para o exterior, mas com acentuado espessamento interno (Fig. 27, n.ºs 33 a 36), convexo, de secção triangular (o n.º 36, completo, possui fundo côncavo e pé anelar); a de bordo (diâmetro 140-180 mm) simples e introvertido (Fig. 27, n.ºs 31 e 32).
- Os exemplares da Fig. 27, n.ºs 29 e 30 teriam sido importados talvez da Bética; a pasta é fina, branco-amarelada e um pouco fiável. Os restantes teriam sido produzidos regionalmente, com pastas em geral finas e revelando ambiente de cozedura predominantemente oxidante (fractura e superfícies avermelhadas, por vezes com a superfície externa anegrada), só excepcionalmente redutora (fractura e superfícies negras).
- Os exemplares da Fig. 27, n.ºs 33 a 36 são afins do n.º 20, de cerâmica cinzenta fina, cuja forma é de origem orientalizante mas que perdura até ao período romano republicano. A mesma forma, em cerâmica comum, ocorre em contextos imperiais (*cf.* p. ex. o tipo I-B-1 de São Cucufate, considerado nesta jazida como uma “forma antiga” – PINTO, 2003, p. 182).
- Almofariz (Fig. 28, n.ºs 37 a 40). 4 exemplares (2 fragmentos com bordo, 1 fundo e 1 fragmento com vertedouro). Possuem pasta fina a média, de cor branco-amarelada ou bege-rosada. O n.º 38, de bordo (diâmetro *ca.* 210 mm) com espessamento interno e externo convexo, é afim da forma 3 de Santarém, a mais abundante na área da Alcáçova e encontrada em contexto datado do fim do século I a.C. a meados do século I d.C. (ARRUDA & VIEGAS, 2004, p. 345-346). O mesmo tipo surgiu igualmente bem contextualizado em Abul, em depósito augusto-tiberiano (MAYET & SILVA, 2002, p.116, fig. 12). Pelas características macroscópicas da pasta consideramos os nossos exemplares importados do Sul da Bética.
- Alguidar (Fig. 28, n.º 41). 1 exemplar. Parede sub-vertical e rectilínea e bordo com espessamento externo de secção sub-quadrangular. Pasta fina; superfícies e fractura avermelhadas. Diâmetro do bordo *ca.* 300mm. O nosso exemplar aproxima-se do tipo Fr 5 dos alguidares do Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2010, Est. LIX, n.º 23).
- Tacho (Fig. 28, n.º 42) de parede sub-vertical e bordo com espessamento externo de secção rectangular. 1 exemplar. Pasta fina; superfícies e fractura bege-rosadas. Diâmetro do bordo *ca.* 140 mm. Afim dos tipos B1 e Fr 11 dos potes/panelas do Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2010, Est. LXX, n.º 90 e Est. LXXII, n.º 107). Esta forma ocorre também em contextos posteriores a meados do século I d.C. (São Cucufate, sob o tipo VII-B-2 – PINTO, 2003 –; Castelo de Alcácer do Sal, em nível da segunda metade do século I e inícios do século II d.C. – SILVA *et al.*, 1980-81). As características macroscópicas da pasta sugerem importação do sul da Bética.

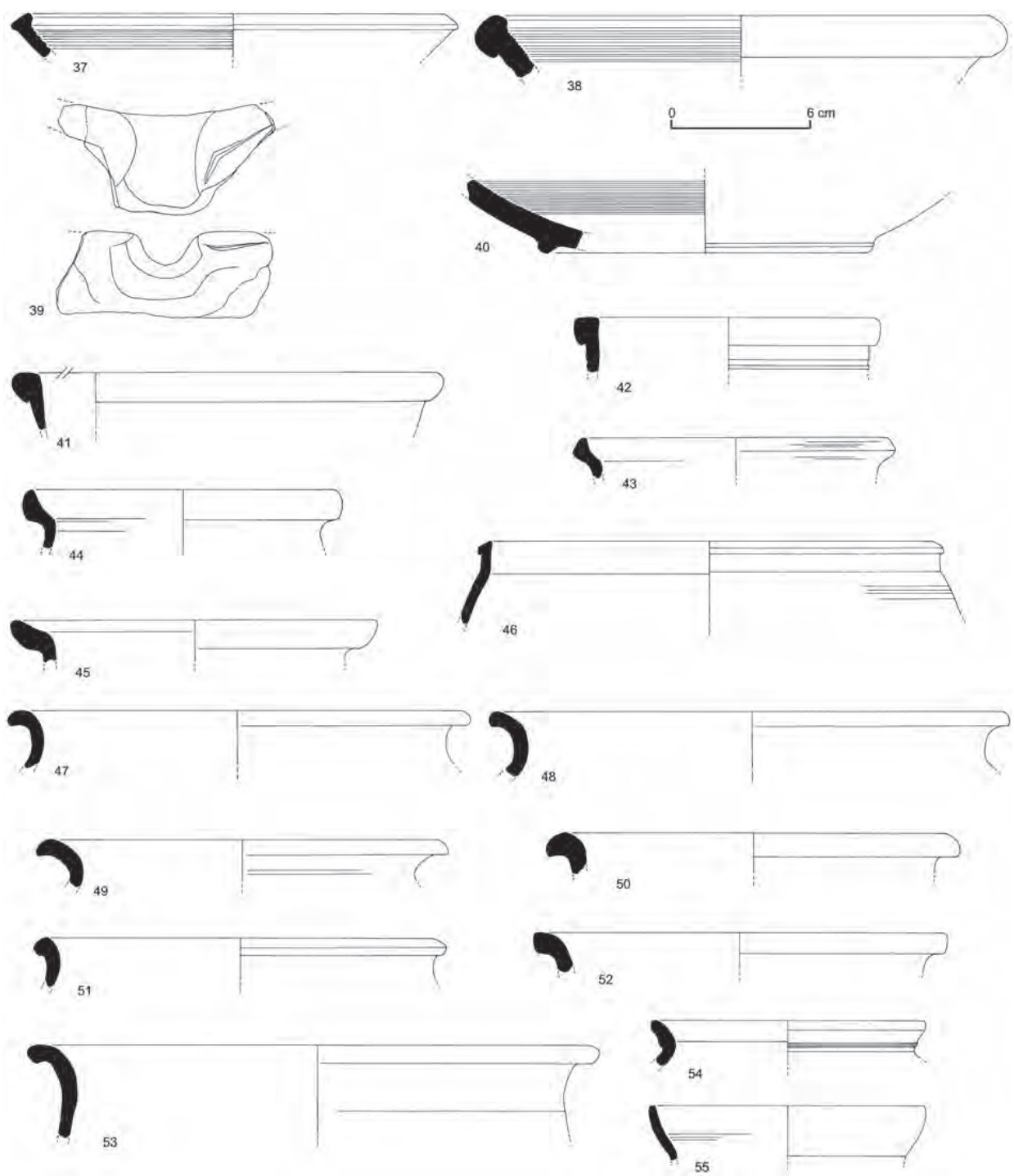


Fig. 28 – Leão. Cerâmica comum: n.º 37 a 40 – almofarizes; n.º 41 – alguidar; n.º 42 – tacho; n.º 43 a 46 – panelas; n.º 47 a 53 – potes; n.º 54 e 55 – potinhos.

- Panela (Fig. 28, n.ºs 43-45) de bordo triangular com ligeira garganta interna. 6 exemplares. Pasta média a grossa, de cor cinzento-escuro (2 exemplares) ou com a superfície externa anegada e a interna avermelhada (4 exemplares). Diâmetro do bordo 130-160 mm. Forma corrente logo a partir de Augusto (cf. p. ex. Castelo da Lousa, forma C1 – PINTO & SCHMITT, 2010, Ests. LXXVI e LXXVII, n.ºs 146-165; Abul, depósito augusto-tiberiano – MAYET & SILVA, 2002, fig. 14, n.º 136); prolonga-se pela segunda metade do século I e pelo século II d.C. (cf. p. ex. Pinheiro – MAYET & SILVA, 1998 – e São Cucufate, forma VIII-C-1 – PINTO, 2003).
- Pote (Fig. 28, n.º 46) de colo tronco-cónico e de parede inclinada para o interior; bordo com espessamento externo de secção triangular. 2 exemplares. Pasta fina. Superfícies e fractura avermelhadas. Diâmetro do bordo ca. 140-190 mm. Forma afim do tipo Fr 31 dos potes do Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2003, Est. LXXIX, n.º 203).
- Pote/panela de bordo muito arqueado e voltado para o exterior (Fig. 28, n.ºs 47 a 53) e colo, em geral, acentuadamente côncavo. Trata-se da forma cerâmica melhor representada em Leão I, com 34 exemplares. Destes, 19 foram montados manualmente (n.ºs 48, 52 e 53) e apresentam pasta grosseira e cozedura em ambiente redutor (superfícies e fractura anegadas), por vezes com fase de arrefecimento oxidante (núcleo da fractura cinzento e superfícies avermelhadas). Os restantes 15, montados ao torno, possuem geralmente pasta fina e revelam cozedura oxidante (fractura e superfície avermelhadas). Diâmetro do bordo ca. 180-250 mm. Esta forma, de clara tradição sidérica, atinge frequentemente os períodos romano republicano e augustano como ficou patente no Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2010).
- Potinho de bordo oblíquo e moldurado (Fig. 28, n.º 54). 1 exemplar. Pasta média. Fractura e superfícies avermelhadas. Diâmetro do bordo ca. 120 mm. Afim da forma 4 dos potinhos do Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2010; cf., em especial, o n.º 9 da Est. LXXXI).
- Potinho de bordo alto e arqueado para o interior, formando garganta interna (Fig. 28, n.º 55). 1 exemplar. Pasta fina, com fractura e superfícies de cor bege. Diâmetro do bordo ca. 120 mm. Recipiente provavelmente importado, afim da forma 8 do Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2010, Est. LXXXII, n.ºs 20 e 21) e de formas tardo-republicanas de paredes finas. O mesmo tipo de bordo prolonga-se pelo período imperial (cf. p. ex. a forma X-B-2 de São Cucufate – PINTO, 2003, p. 417 e Fig. 445).
- Potinho de bordo horizontal colado ao ombro (Fig. 29, n.º 56). 3 exemplares. Pasta fina com fractura e superfícies bege-rosadas (2 exemplares) ou superfícies rosadas e núcleo da fractura cinzento (1 exemplar). Diâmetro do bordo ca. 140 mm.
O tipo de bordo do exemplar da Fig. 29, n.º 56 é comum nos tachos de forma VII-A-1 de São Cucufate (PINTO, 2003, p. 316-320, Figs. 253 e 254), forma muito frequente em contextos do Alto Império, como se verificou nos níveis dos séculos I e II da olaria do Pinheiro, onde era abundante, estando ausente dos estratos do Baixo Império (MAYET & SILVA, 1998).
- Bilha de colo alto e cilíndrico, de bordo simples (Fig. 29, n.º 57). 1 exemplar. Pasta média. Superfície e fractura rosadas. Diâmetro do bordo ca. 40 mm. Afim da forma XII-C-3 de São Cucufate (PINTO, 2003, p. 443-444, Fig. 508).
- Bilha de colo cilíndrico, bordo formando pequena aba horizontal extrovertida, com sulco perimetral na superfície horizontal da aba (Fig. 29, n.º 58). 1 exemplar. Pasta fina. Superfícies e fractura beges. Diâmetro do bordo ca. 60 mm. Possivelmente de importação, encontra paralelos na forma 5 das bilhas do Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2010, p. 282, Est. LXXXIV, n.ºs 11-14).
- Bilha de bordo extrovertido e lábio trilobado (Fig. 29, n.º 59). 1 exemplar. Pasta fina e friável (suja os dedos). Superfícies e fractura amarelo-pálidas. Diâmetro do bordo ca. 120 mm. Afim das formas XII-A-fr3 e XII-A-fr5, provenientes do horizonte 1 de São Cucufate (PINTO, 2003, p. 428, Figs. 466 e 468). Trata-se de exemplar importado do Sul de Espanha.

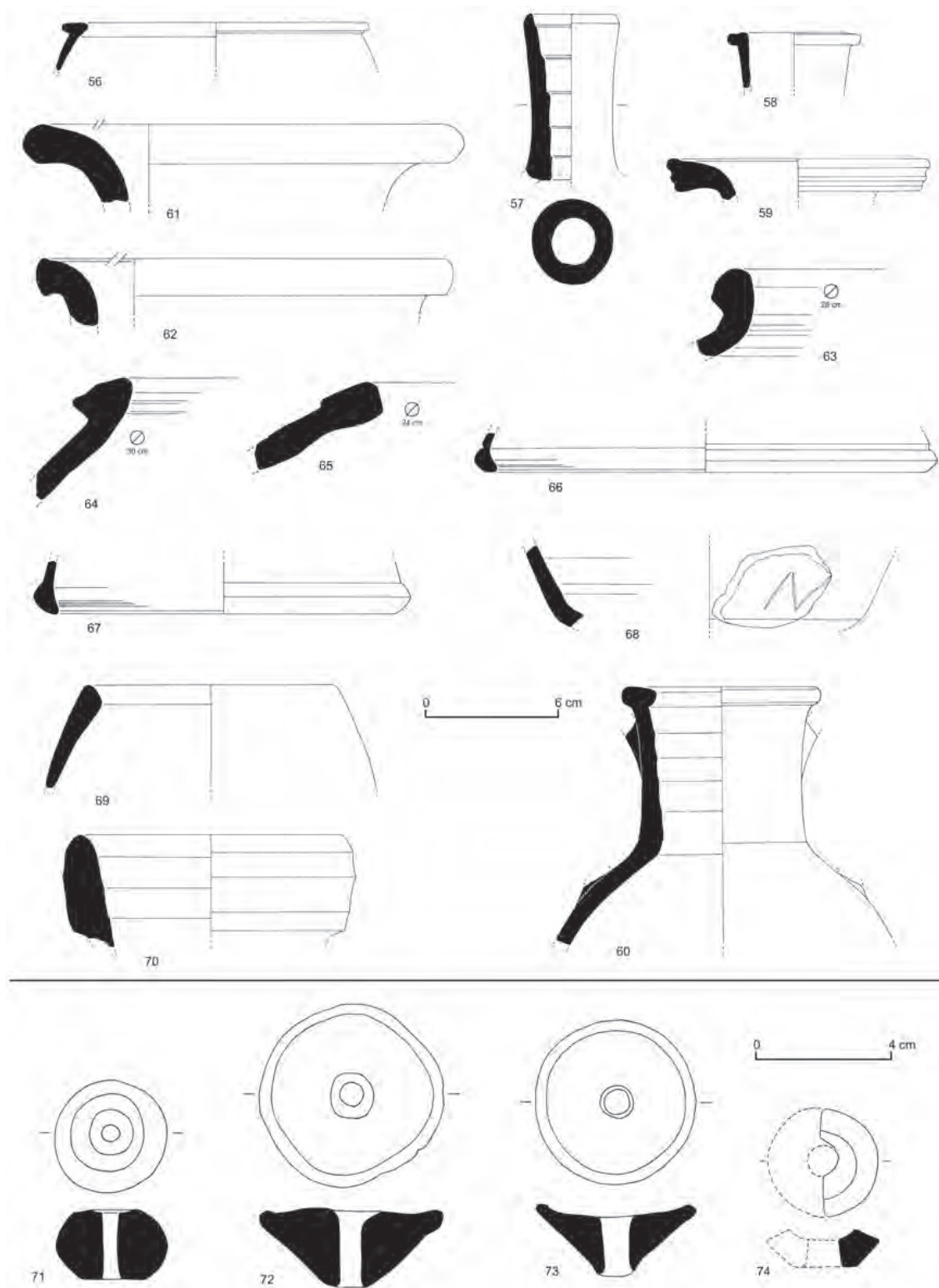


Fig. 29 - Leão. Cerâmica comum: n.º 56 - potinho; n.º 57 a 60 - bilhas; n.º 61 a 65 - talhas; n.º 66 e 67 - tampas (?); n.º 68 - base de recipiente com grafito. Ânforas: n.º 69 - de tipo ibero-púnico (cf. Mañá/Pascual A4 evoluída); n.º 70 - de tipo itálico atribuível à forma Oberaden 83 (Dressel 20). Cerâmica industrial: n.º 71 a 74 - cossioiros.

- Bilha de colo cilíndrico e largo e bordo espessado interna e externamente (Fig. 29, n.º 60; Fig. 32, n.º 2). 1 exemplar. Diâmetro do bordo *ca.* 90 mm. Lembra o perfil da forma XII-C-fr8 de São Cucufate (PINTO, 2003, Fig. 510).
- Talha de bordo encurvado e extrovertido (Fig. 29, n.ºs 61 e 62). 6 exemplares. Pasta grosseira. Cor das superfícies castanho-avermelhadas e fractura da cor das superfícies (2 exemplares) ou com núcleo cinzento-escuro (4 exemplares). Diâmetro do bordo *ca.* 250-300 mm. Produção manual ou ao torno lento. Forma de tradição sidérica, corrente em contextos tardo-republicanos-augustanos como se verificou no Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2010).
- Talha de bordo vertical com espessamento externo de secção subtriangular (Fig. 29, n.º 63). Pasta grosseira. Superfícies castanho-avermelhadas e fractura com núcleo cinzento. Diâmetro do bordo indeterminado. Produção manual ou ao torno lento. Afim da forma 8 das talhas do Castelo da Lousa (PINTO & SCHMITT, 2010, Est. XCIII, n.º 34).
- Talha de bordo inclinado para o interior, com espessamento de secção subtriangular ou sub-rectangular (Fig. 29, n.ºs 64 e 65). 4 exemplares. Pasta média a grosseira, com superfícies e fractura castanho-avermelhadas (3 exemplares) ou superfície externa anegrada e interna castanho-avermelhada (1 exemplar). Diâmetro do bordo *ca.* 300 mm. Afim da forma 10 das talhas do Castelo da Lousa, considerada como tendo “antecipado a forma clássica dos dólia na Lusitânia em plena época imperial” (PINTO & SCHMITT, 2010, p. 286, Est. XCIII, n.º 39 e XCIV, n.º 40).
- Tampa (?) de bordo com espessamento externo de secção triangular (Fig. 29, n.ºs 66 e 67). 2 exemplares. Pasta fina. Superfícies e fractura de cor bege-rosada. Diâmetro do bordo *ca.* 180-200 mm. Exemplares provavelmente importados.

5.2.6 – Ânforas

Somente 2 fragmentos com bordo (Fig. 29, n.ºs 69 e 70) pertencem a esta categoria morfo-funcional.

O exemplar da Fig. 29, n.º 69 é de uma ânfora punicizante cujo perfil oferece muitas semelhanças com o das ânforas de Castro Marim consideradas por Arruda *et al.* (2006) como pertencentes à forma Maña Pascual A4 evoluída, abundantemente importadas por este estabelecimento algarvio durante o período tardo-republicano, até ao terceiro quartel do século I a.C. (ARRUDA *et al.*, 2006, p. 161, Fig. 6, n.ºs 29-32). O nosso exemplar possui pasta fina; a superfície externa é amarelo-avermelhada (7.5YR 7/6), a superfície interna bege-rosada (5YR 6/4) e a factura apresenta núcleo cinzento-esverdeado (5YR 6/2). Diâmetro do bordo *ca.* 120 mm.

O exemplar da Fig. 29, n.º 70 é atribuível à forma Oberaden 83 – ânfora Dressel 20 “precoce” na classificação de Desbet & Lemaitre (in MORAIS, 2010, p. 189), com origem no vale do Guadalquivir e produzida durante a segunda metade do século I a. C. e primeiras décadas do século seguinte. A pasta é compacta, rica em e.n.p. de quartzo, por vezes hialino. Superfície externa com engobe creme (7.5YR 7/4); superfície interna e fractura bege-rosadas (7.5YR 6/4).

5.2.7 – Cerâmica industrial

A cerâmica industrial de Leão I distribui-se por cossoiros (Fig. 29, n.ºs 71 a 74) e pesos de tear (Fig. 30, n.ºs 75-81). Os primeiros, funcionando como pesos de fuso, teriam estado ao serviço da fição e, de um modo geral, revelam tradição sidérica, integrando, por certo, a fase de ocupação tardo-republicana/augustana. Surgiram 4 exemplares: 1 de secção oval (Fig. 29, n.º 71), 2 de secção triangular (Fig. 29, n.ºs 72 e 73; Fig. 31, n.ºs 7 e 8)

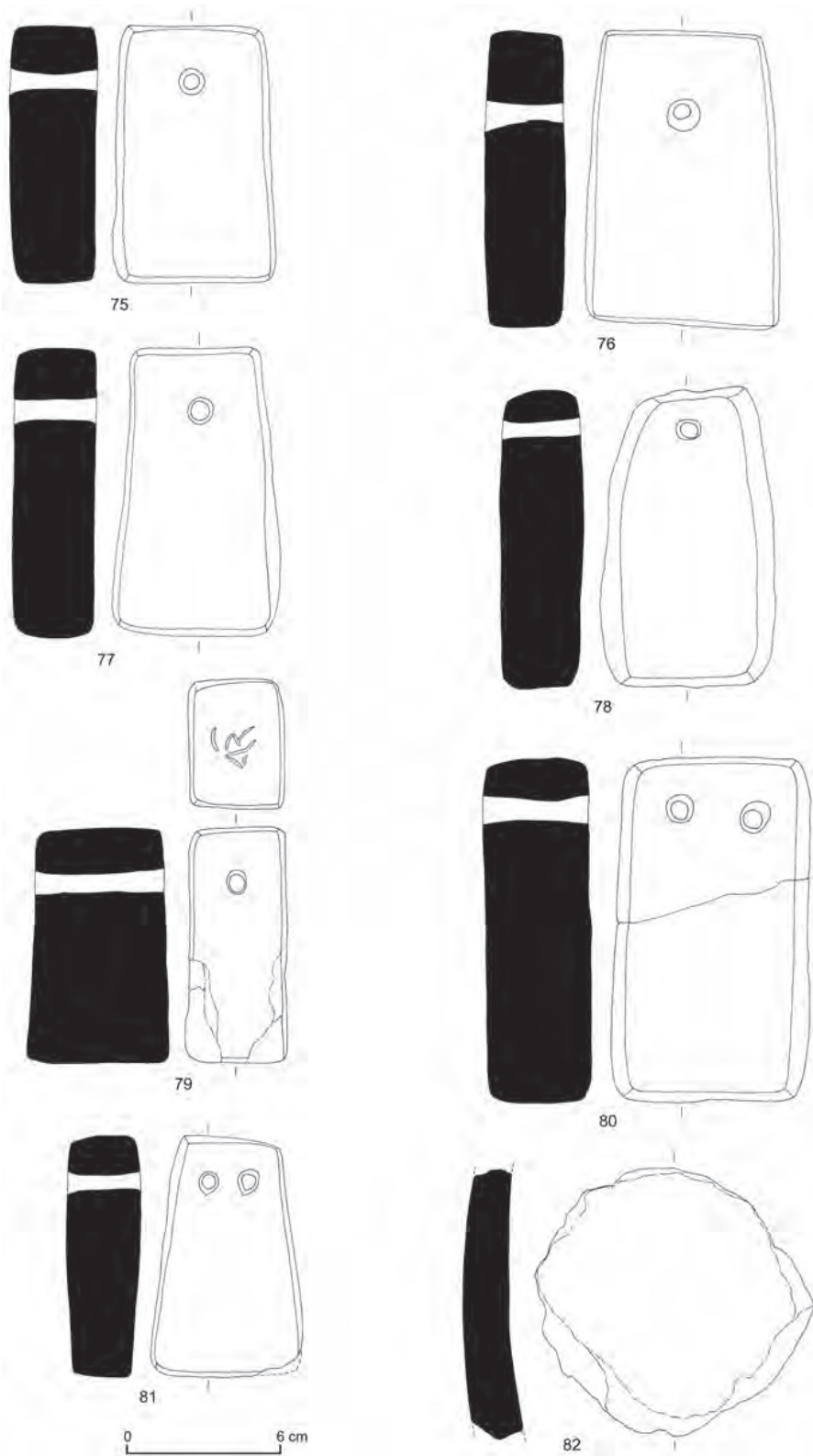


Fig. 30 - Leião. Cerâmica industrial: n.º 75 a 81 - pesos de tear. Diversos: n.º 82 - malha de jogo obtida a partir de fragmento de recipiente cerâmico.



Fig. 31 – Leião. Produções cerâmicas: n.º 1 – de engobe negro de tipo campaniense (classe B); n.º 2 e 3 – paredes finas; n.º 4 – *sigillata* de tipo itálico; n.º 5 e 6 – *sigillata* sudgálica; n.º 7 e 8 – cossoiros; n.º 9 – almofariz de produção bética. Foto C. Santos (GC/CMO).

e um último, de tipologia mais tardia, de secção convexo-côncava (Fig. 29, n.º 74). A pasta é fina/média; a cor, castanha ou cinzento-esverdeada.

Os pesos de tear integram fundamentalmente três tipos:

- Paralelepípedo rectângulo, por vezes a tender para tronco de cone, com uma perfuração centrada no topo das faces mais largas (Fig. 30, n.ºs 75 a 78). 4 exemplares de pasta grosseira, cor variando entre a vermelho e o castanho-avermelhado. Peso do exemplar melhor conservado 542,6 g. Altura 110-121 mm; base maior 33x75-46x67 mm; base menor 28x63-43x65 mm.

- Paralelepípedo rectângulo, a tender para tronco de cone, com perfuração centrada no topo das faces mais estreitas (Fig. 30, n.º 79). 1 exemplar de pasta grosseira e cor vermelha. Peso 300,4 g. Altura 88 mm; base maior 42x55 mm; base menor 37x48 mm. Na base menor possui a marca AR obtida a estilete antes da cozedura.
- Paralelepípedo rectângulo, por vezes a tender para o tronco de cone, com duas perfurações no topo das faces mais largas (Fig. 30, n.ºs 80 e 81). 2 exemplares de pasta grosseira castanho-esverdeada e castanho-avermelhada manchada de cinzento escuro. Peso 468,4-779 g. Altura 108-131 mm; base maior 44x54-42x76 mm; base menor 43x71 mm.



Fig. 32 - Leião.
Produções cerâmicas:
n.º 1 – jarro de cerâmica cinzenta de tradição orientalizante;
n.º 2 – bilha de cerâmica comum. Foto C. Santos (GC/CMO).

5.2.8 – *Marca de jogo*

Surgiu 1 fragmento de recipiente cerâmico, de forma subcircular por afeiçoamento. Trata-se provavelmente de uma marca de jogo (Fig. 30, n.º 82) com 109 mm de diâmetro máximo e 20 mm. de espessura. Peso 252,4 g. Pasta grosseira de cor castanha.

5.3 – *Materiais metálicos*

O conjunto dos objectos metálicos é também interessante, integrando as quatro peças seguintes:

- Amuleto em forma de crescente, de bronze, liso, com as extremidades rematadas por duas esferas, possuindo um anel de suspensão (Fig. 33, n.º 1; Fig. 34, n.º 1), com provável utilização como pendente dos arreios das montadas. O paralelo mais expressivo corresponde às decorações dos arreios dos cavalos das personagens representadas nos quatro lados da base da coluna de Antonino Pio (138-161 d.C.), presentemente exposta no Museu do Vaticano (Fig. 35).
- Duas fíbulas de arco de tipo Aucissa provenientes, tal como o crescente, do Compartimento B, ambas pertencentes ao tipo Ponte 42 da segunda metade do século I a.C. aos inícios do século II d. C. (Fig. 33, n.º 2 e 3; Fig. 34, n.º 2 e 3) (PONTE, 2006).
- Ponteira de bainha de punhal, de bronze (Fig. 33, n.º 4; Fig. 34, n.º 4). Consultado o Prof. F. Quesada Sanz (Universidade Autónoma de Madrid), especialista em armamento antigo, este exemplar poderá ser atribuível ao séc. II d.C.; porém, dada a falta de segurança pelo próprio admitida nesta atribuição, até pela escassez de paralelos, e face às condições de recolha, efectuada na área ocupada pelo edifício posto a descoberto (Quadrado C4, cf. Fig. 9), não existem fundados motivos para rejeitar cronologia mais antiga, a qual no limite, não poderá ser ulterior a meados do século I d.C.

5.4 – *Numismas*

Recolheram-se três numismas de bronze, cuja cronologia reforça as indicações obtidas pelo estudo do restante espólio.

- Asse de *Emerita Augusta* cunhado no reinado de Augusto (23 a.C.-14 d.C.). (ALVAREZ BURGOS, 1982, n.º 1536; BLÁZQUEZ CERRATO, 1992, Lám. 2, n.º 6); este exemplar foi recolhido defronte da entrada do forno integrado no Compartimento D, no Quadrado E4, e encontra-se em bom estado de conservação, evidenciando circulação limitada (Fig. 33, n.º 5).
- Quadrante de Calígula cunhado no ano 40 d.C., correspondendo a cunhagem comemorativa da abolição de imposto, promulgada pelo imperador naquele ano, conforme consta do campo do reverso, pela abreviatura através das iniciais RCC, “remissa ducentésima” (SEAR, 2000, n.º 1804); o exemplar foi encontrado, como atrás se referiu, na passagem setentrional entre o Compartimento B e o C, de mistura com os materiais desabados da cobertura, e evidencia circulação muito limitada, embora se apresente muito corroído (Fig. 33, n.º 6).
- Dupôndio cunhado em nome de Antónia, filha de Marco António e de Octávia, no reinado de Cláudio (41-54 d.C.) (SEAR, 1981, n.º 496). Este exemplar ocorreu fora de contexto e apresenta-se extremamente desgastado, especialmente o reverso, sendo, contudo, legível o nome de Antónia, do lado esquerdo do anverso (Fig. 33, n.º 7).



Fig. 33 – Leão. Materiais metálicos: n.º 1 – pendente (amuleto aplicado aos arreios das montadas); n.º 2 e 3 – fibulas de arco tipo Aucissa; n.º 4 – ponta de bainha de punhal; n.º 5 – asse de *Emerita Augusta* cunhado sob Augusto; n.º 6 – quadrante cunhado sob Calígula; n.º 7 – dupôndio póstumo de Antónia cunhado sob Cláudio. Foto C. Santos (GC/CMO).

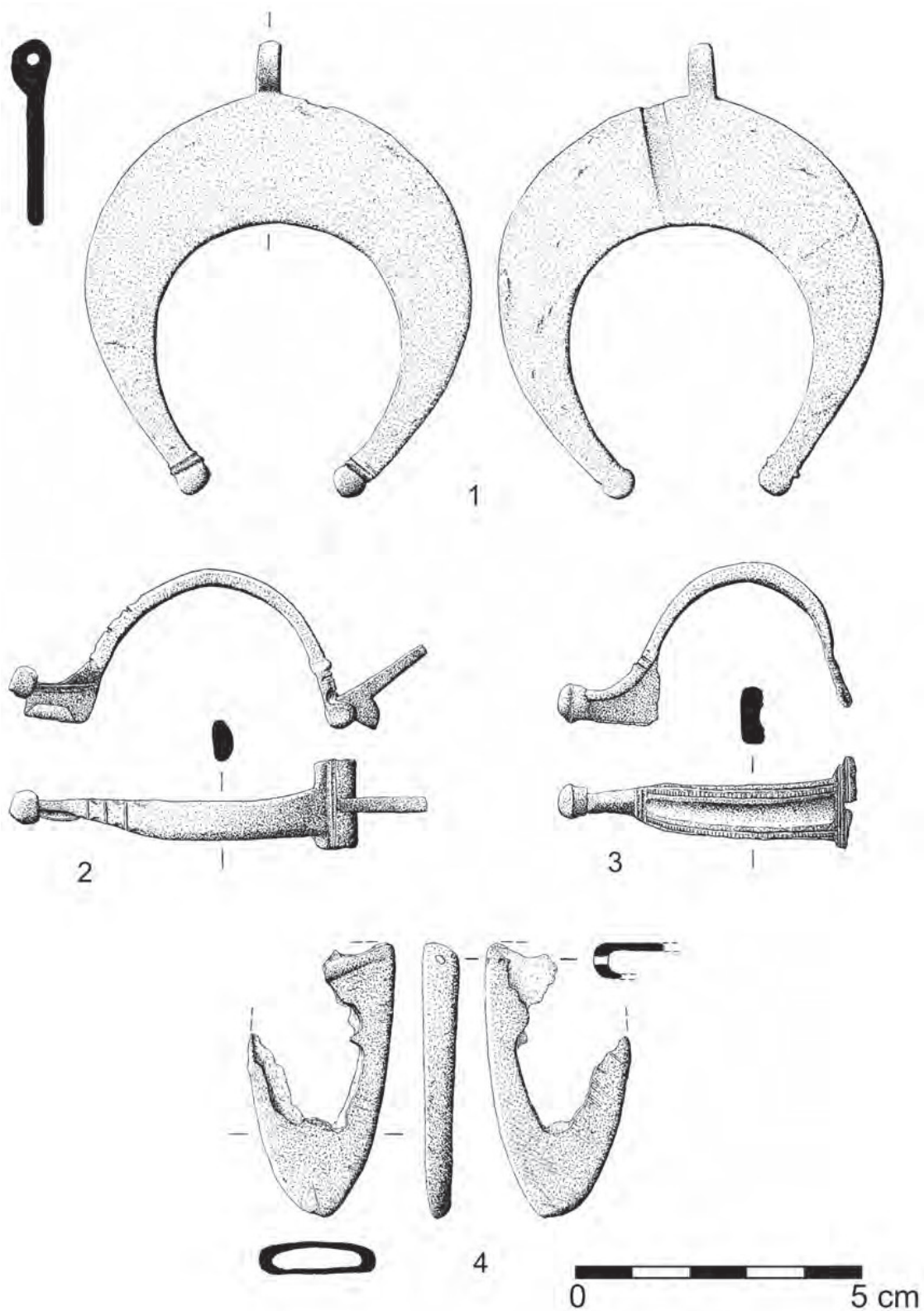


Fig. 34 – Leão. Materiais metálicos: n.º 1 – pendente (amuleto aplicado aos arreios das montadas); n.º 2 e 3 – fibulas de arco tipo Aucissa; n.º 4 – ponteira de bainha de punhal.



Fig. 35 – Pormenor da base da coluna triunfal de Antonino Pio (138-161 d.C.), actualmente no Museu do Vaticano, observando-se adereços/amuletos em forma de crescente idênticos ao recolhido em Leião aplicados aos arreios das montadas. Foto J. L. Cardoso.

6 – CONCLUSÕES

1 – Os trabalhos de prospecção geofísica e arqueológicos realizados em 2008 no local correspondente à implantação de edifício rural romano, permitiram confrontar, num ensaio de carácter científico muito interessante, os resultados obtidos dos diversos métodos utilizados: o método da prospecção geomagnética, aplicado numa área de cerca de 100 m por 140 m, seguido do método do Georradar, que interessou uma área de menores dimensões, com cerca de 1000 m², onde aqueles se afiguravam mais promissores, a que se seguiu a respectiva exploração arqueológica.

Assim, embora os resultados não sejam plenamente convergentes, verifica-se assinalável correspondência entre a localização e o desenvolvimento das estruturas esperadas e as efectivamente existentes, pelo que o recurso à prospecção geofísica veio confirmar a sua importância, até pelo tempo e esforços que por tal via se pouparam. Deve ser, no entanto, notado, que, embora a orientação das estruturas indicadas pelos métodos geofísicos utilizados coincida aproximadamente com a que foi verificada através da escavação, a área ocupada pelos vestígios encontrados é assinalavelmente inferior à indicada por aqueles, como se conclui da respectiva confrontação gráfica (Fig. 5).

2 – As escavações foram iniciadas, conforme o previsto, pela abertura de sondagens, respeitando o método da quadrícula, segundo quadrados alternados com 4 m de lado, com dispositivo em xadrez. Tal metodologia conduziu à identificação das primeiras estruturas, correspondentes a troços de paredes rectilíneas, constituídas por blocos de alvenaria argamassada (da qual se não encontraram vestígios), constituídas por dois paramentos, com enchimento interno de pequenos blocos, as quais jaziam a pequena profundidade, a cerca de 0,20/0,30 m. A subsequente escavação em extensão permitiu determinar o seu efectivo desenvolvimento no terreno.

3 – Trata-se de edifício isolado, de planta grosseiramente sub-rectangular, com o comprimento médio de cerca de 16 m e a largura média de cerca de 10 m, munido aparentemente de uma única entrada, virada a poente, com cerca de 1,2 m de largura. O espaço interno integrava quatro compartimentos, todos de planta sub-rectangular, os quais comunicavam entre si por passagens interiores, as quais possuíam a largura média de cerca de 1,0 m.

4 – As funcionalidades inerentes a cada um dos quatro compartimentos que integravam o espaço habitado basearam-se nas sub-estruturas encontradas em cada um deles e, também, na natureza dos objectos arqueológicos recolhidos. Desta forma, foi possível considerar, sucessivamente, as seguintes funções: Compartimento A: espaço de tecelagem e de descanso. Compartimento B: espaço de tomada de refeições e de descanso dos proprietários deste pequeno estabelecimento rural, correspondendo ao único cujas paredes se encontravam decoradas por pinturas e onde se desenvolveram também outras actividades domésticas, como a fição. Compartimento C: área de entrada e de arrumos e serviços. Compartimento D: cozinha, onde a existência de um forno sublinha tal funcionalidade.

5 – Com base na tipologia dos materiais cerâmicos exumados, o edifício terá sido construído no reinado de Augusto, tendo permanecido ocupado até ao reinado de Cláudio (teria sido precedido por ocupação tardo-republicana). Trata-se, provavelmente, de um pequeno estabelecimento rural afim de alguns identificados nos arredores de São Cucufate e correspondentes, como o de Apariça, às primeiras explorações rurais levadas a cabo por colonos romanos e datadas da época augustana. “Ces premiers bâtiments étaient de dimensions modestes: Apariça, par exemple, occupait une centaine de mètres carrés et avait la forme d’un rectangle divisé en quatre grandes salles allongées” (ALARCÃO *et al.*, 1990, p. 180). O material cerâmico exumado (e referimo-nos somente ao que nos oferece cronologia marcadamente imperial) aponta sobretudo para um ambiente fundamentalmente doméstico ligado à preparação e consumo de alimentos, aliás processados de acordo com hábitos romanos. Com efeito, os potes/panelas de bordo arqueado e voltado para o exterior, em grande parte de fabrico manual, em número relativamente elevado, que, revelando tradição sidérica, poderiam corresponder a fase de ocupação tardo-republicana, cuja preparação de alimentos seria efectuada segundo modelos pré-romanos (“sopas, cozidos e purés preparados em panelas, alimentos líquidos e semilíquidos à base de vegetais” – PINTO & SCHMITT, 2010, p. 334), são pouco frequentes na época imperial. Por outro lado, estão representados de modo equilibrado os almoçarizes, as bilhas, os potinhos bem como a cerâmica fina de mesa importada.

Pelo contrário, as ânforas e as talhas (da época imperial) são francamente raras. Será que fora da área escavada existiram instalações, por hipótese construídas de materiais perecíveis, destinadas à armazenagem de produtos agrícolas? É provável que sim.

A cronologia indicada pelos espólios metálicos corrobora as conclusões apresentadas. Assim, as duas fíbulas recolhidas no Compartimento B correspondem a lapso cronológico de meados do século I a.C. a inícios do século II d.C. Mais precisos são os elementos fornecidos pelos três numismas exumados, ascendendo o mais antigo – uma cunhagem de *Emerita Augusta* – ao reinado de Augusto e o mais moderno – um dupôndio cunhado em nome de Antónia – ao reinado de Cláudio. Especialmente interessante pelo rigor da correspondente cronologia, é um Quadrante do reinado de Calígula, cunhado no ano 40 d.C.

6 – A ocupação deste espaço doméstico foi brutalmente interrompida pela deflagração de um incêndio. Provas deste acontecimento são a ocorrência de restos carbonosos, constituídos por cinzas e partículas de carvão, observados sobre os pisos de diversos compartimentos, nalguns casos rubefactados pelo calor e, sobretudo, o generalizado nível de abatimento do telhado, constituído por *imbrices*, formando camada contínua directamente assente em camada regular de coloração esbranquiçada, correspondente aos referidos pisos, em uso até o colapso da cobertura.

Desconhecem-se as razões que levaram à situação de este estabelecimento agrário de dimensões modestas – aliás em concordância com a época recuada em que foi edificado – jamais ter sido reconstruído. Foi, porém, tal facto que conduziu à rara situação observada: um estabelecimento rural dos primórdios do Império cuja ocupação se encontra representada por fase de ocupação única, claramente circunscrita no tempo quanto bem caracterizada do ponto de vista arquitectónico, com a existência de uma única fase construtiva, desprovida de alterações ou adaptações ulteriores. Deste modo, os materiais recolhidos configuram uma associação única, coerente e sincrónica, nisso resultando o seu maior interesse. Com efeito, são muito escassos os elementos informativos até agora disponíveis sobre os estabelecimentos rurais desta época na Lusitânia romana e, mais ainda, aqueles que forneceram espólios susceptíveis de corresponderem a uma estreita “janela” temporal de utilização dos respectivos espaços, como é o caso.

7 – A aculturação precoce aos padrões e modos de vida romanos das populações indígenas dos finais da Idade do Ferro da região encontra-se, deste modo, exemplarmente documentada pelo estabelecimento rural em apreço (CARDOSO, 2011). Situado em terrenos calcários, implantava-se em área de declives suaves, propícia ao policultivo, como era característico dos estabelecimentos agrícolas do período romano. Ali existiriam searas, oliveiras e vinhas, produções características da trilogia mediterrânea, a par de pomares e de hortas, que forneciam legumes frescos, estas últimas favorecidas pela existência de um rico manancial ainda hoje existente, representado pelo Chafariz de Leião, cujo última forma remonta ao século XVIII.

O estabelecimento rural em causa seria, pois, auto-suficiente, a par de outros existentes na região, como a rica *villa* romana de Oeiras, ou a *villa* de Freiria, actualmente no vizinho concelho de Cascais, ambas com antecedentes na Idade do Ferro, e cuja continuidade até o Baixo Império se afigura comprovada (CARDOSO & CARDOSO, 2005; CARDOSO, 2011). No caso, tal conclusão encontra-se reforçada pela ocorrência de produções oleiras de tradição sidérica, que subsistiram, como noutros locais, até à plena romanização, denotando a forte manutenção dos modelos e gostos anteriores numa população já plenamente aculturada.

8 – Face aos resultados obtidos da escavação integral deste estabelecimento rural romano, impõe-se a musealização do espaço arqueológico posto a descoberto, objectivo que se encontra previsto no âmbito do programa urbanístico que se pretende desenvolver na zona envolvente. Com efeito, como ficou devidamente registado, desde cedo se obteve a colaboração empenhada do promotor imobiliário, o que conduziu à alteração do projecto urbanístico inicial, por forma a contemplar a preservação de uma área, de futura fruição pública, correspondente aos vestígios arqueológicos postos a descoberto, incluindo a sua consolidação e recuperação, indispensáveis à acções de valorização que se pretendem levar a cabo.

A terminar, importa referir que todos os espólios arqueológicos exumados deram entrada neste serviço autárquico, onde foram preparados e inventariados, incorporando-se os elementos cerâmicos e metálicos mais relevantes, após o respectivo restauro, na Exposição Permanente “Arqueologia do concelho de Oeiras”, inaugurada em Junho de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, J., ÉTIENNE, R. & MAYET, F : (1990) – *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: E. de Boccard.
- ALVAREZ BURGOS, F. (1982) – *Catalogo general de la moneda hispánica desde sus orígenes hasta el siglo V*. Madrid: Jesus Vico.
- ARRUDA, A.M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios e mundo e mundo indígena em el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)* Barcelona: Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueologia Mediteránea, 5/6).
- ARRUDA, A.M. & SOUSA, E. de (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (1), p. 235-286.
- ARRUDA, A.M. & VIEGAS, C. (2004) – Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). *Actes du Congrès de Vallauris*, p. 341-349.
- ARRUDA, A.M.; FREITAS, V. Teixeira de & VALLEJO SÁNCHEZ, J. I : (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3 (2), p. 25-59.
- ARRUDA, A. M. ; VIEGAS, C. ; BARGÃO, P. & PERREIRA, R. (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim : da Idade do Ferro à Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13 (*Homenagem a Françoise Mayet*), p. 153-176.
- BLÁZQUEZ CERRATO, M. C. (1992) – *La dispersion de las monedas de Avgusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – *Carta arqueológica do concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 4).
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras. Do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, G. & CARDOSO, J. L. (2005) – A ocupação agrária do concelho de Oeiras na época romana. *VI Encontro de História Local do concelho de Oeiras (Oeiras, 2003)*. Actas: Câmara Municipal de Oeiras, p. 41-55.
- LORRIO, A. (2008) – Cerámica gris. In M. Almagro-Gorbea (dir.) – *La necrópolis de Medellin. II Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia, p. 673-723.
- MAYET, F. (1975) – *Les céramiques a parois fines dans la Péninsula Ibérique*. Paris : E. de Boccard.
- MAYET, F. & SILVA, C. Tavares da (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro, (Portugal)*. Paris : E. de Boccard.
- MAYET, F. & SILVA, C. Tavares da (2002) – *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris : E. de Boccard.
- MORAIS, R. (2010) – Ânforas. In J. Alarcão, P.C. Carvalho & A. Gonçalves (coord.) – *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1977 a 2002*. Mérida, p. 181-218.
- OSWALD, F. & PRYCE, T.D. (1920) – *An introduction to the study of terra sigillata*. London.
- PASSELAC, M. & VERNHET, A. (1993) – Céramique sigillée sud-gauloise. *Lattara*. 6, p. 569-580.
- PINTO, I. Vaz (2003) – *A cerâmica comum das villae roamanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa : Universidade Lusíada.

- PINTO, I. Vaz & SCHMITT, A. (2010) – Cerâmica comum. In J. Alarcão, P. C. Carvalho & A. Gonçalves (coord.) – *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1977 a 2002*. Mérida, p. 219-443.
- POLAK, M. (2000) – *South gaulish terra sigillata from Vechten*. Nijmegen.
- PONTE, S. da (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- QUARESMA, J. C. (2003) – *Terra sigillata sudgálica num centro de consumo : Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga ?)*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia.
- QUARESMA, J. C. & CALAIS, C. (2005) – S. Pedro (Coruche) : novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augustana e júlio-claudiana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (2), p. 429-447.
- SEAR, D. R. (1981) – *Roman coins and their values*. London: B. A. Seaby Ltd.
- SEAR, D. R. (2000) – *Roman coins and their values, the Millenium edition*. London: Spink & Son.
- SILVA, C. Tavares da; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de Mello; DIAS, L. Ferrer & COELHO-SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 149-218.
- VIEGAS, C. (2003) – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia.